

AGROANALYSIS

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL. 44 | Nº 02 | FEVEREIRO 2024

CARTA DE CONJUNTURA

DESACELERAÇÃO
ECONÔMICA E CLIMA
ADVERSO IMPACTAM
O MERCADO AGRO



FGV | CENTRO DE ESTUDOS
DO AGRONEGÓCIO

HEDGE SAIBA CRIAR UMA ESTRATÉGIA PARA GERIR O RISCO CAMBIAL

REGULAÇÃO AMBIENTAL O QUE O PAÍS DEVE FAZER PARA AVANÇAR EM 2024?

RENTABILIDADE DO AGRO CANA FOI A MELHOR OPÇÃO PARA O PRODUTOR

FGV IN COMPANY

SOLUÇÕES EFETIVAS
E IMEDIATAS PARA
DESAFIOS CONCRETOS
DO AGRONEGOCIO.



Um setor que desempenha expressiva participação na economia brasileira precisa acompanhar as mudanças da sociedade. Para isso, a **FGV In Company** desenvolve os *Power Skills* das futuras lideranças desse mercado.

É um programa específico de orientação das habilidades técnicas e comportamentais, que mostra seus impactos no desempenho profissional e na gestão da carreira dos colaboradores, a partir das novas ferramentas digitais, com o propósito de uma formação de líderes completos e de articulações estratégicas.

Conte com os melhores resultados para sua organização.

 **FGV IN COMPANY**

ENTRE EM CONTATO
E SAIBA MAIS:





Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | www.fgv.br

Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-presidentes: Clovis José Daudt Darrigue de Faro, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque

CONSELHO DIRETOR

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-presidentes: Clovis José Daudt Darrigue de Faro, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque (Licenciado)

Vogais: Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade

Suplentes: Aldo Floris, Alexandre Koch Torres de Assis, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Carlos Eduardo de Freitas, Gilberto Duarte Prado, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Willy Otto Jordan Neto

CONSELHO CURADOR

Presidente: João Alfredo Dias Lins (Presidente em exercício)

Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)

Vogais: Antonio Alberto Gouvea Vieira, Cid Heraclito de Queiroz, Eduardo M. Krieger, Estado da Bahia, Estado do Rio Grande do Sul, Federação Brasileira de Bancos (Isaac Sidney Menezes Ferreira), IRB - Brasil Resseguros S.A. (Antônio Cássio dos Santos), Luiz Carlos Piva, Luiz Ildefonso Simões Lopes, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Maria Tereza Leme Fleury, Miguel Pachá, Pedro Henrique Mariani Bittencourt, Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Resseguros e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo (Ronaldo Mendonça Vilela), Souza Cruz S/A (Jorge Iribarra)

Suplentes: Almirante Luiz Guilherme Sá de Gusmão, Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, General Joaquim Maia Brandão Júnior, Leila Maria Carrilo Cavalcante Ribeiro Mariano, Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Monteiro Aranha Participações S.A., Nilson Teixeira, Raphael José de Oliveira Barreto, Ricardo Gattass, Sul América Companhia Nacional de Seguros (Patrick de Larragoiti Lucas)

Diretor da FGV IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira



Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas

Conselho Editorial: Cecília Fagan, Guilherme Bastos, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Ricardo Simonsen, Roberto Rodrigues, Sérgio Bortolozzo e Yoshiaki Nakano

Editor-chefe: Antônio Carlos Kfourir Aidar

Editores-executivos: Evandro Faulin e Luiz Antonio Pinazza

Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Coordenação de Produção: Karina Souza

Capa: Isabella Lima e Marcela Pereira Lima

Arte e Diagramação: Alexandre Monteiro

Revisão e Edição Textual: Alexandre Sobreiro

Secretaria e Administração: Ana Caroline Teshima

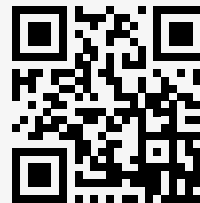
Publicidade e Comercial: Ana Caroline Teshima

Av. Paulista, 542 - 3ª andar | São Paulo, SP

Tel.: (11) 3799-3645

agroanalysis@fgv.br

Leia as edições anteriores da **Agroanalysis**:



PATROCÍNIO



O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

DE OLHO NA TAXA DE JUROS

O MUNDO enfrenta uma desaceleração global, com diversos desafios, incluindo tensões políticas como os conflitos entre a Rússia e a Ucrânia e entre Israel e o Hamas. Como resposta à alta inflação dos últimos anos, uma boa parte dos países elevou as taxas de juros, impactando o crescimento econômico. Embora a inflação tenha diminuído, as taxas de juros ainda permanecem elevadas, especialmente nos Estados Unidos. A partir de algum momento, elas irão ceder.

No Brasil, a economia já dá um sinal de como este ano vai correr: juros em queda (a Selic já roda a 11,25% a.a.), devendo fechar o ano com um valor inferior a 10,00% a.a.; o câmbio depende bastante dos juros nos Estados Unidos, mas não deve haver uma grande volatilidade; e a inflação, salvo algum cisne negro, será menor do que 4,50%.

Para os produtores rurais, 2024 será mais difícil do que 2023. Como mostra o nosso artigo sobre a conjuntura do agro (destaque de capa), os preços podem não ser os melhores para vários produtos. Além disso, a questão climática pode atrapalhar bastante. Uma notícia boa na produção de grãos é a expectativa de custos de produção menores.

Trata-se de um ano para se jogar na retranca. Deve-se garantir preços que cubram os custos e ter muito cuidado com as compras e os financiamentos. Com a Selic e a inflação em queda, os juros futuros irão cair. Um financiamento com juros, por exemplo, de 16,0% a.a. – como algumas linhas de prazo mais longo estão sendo oferecidas – não deve ser aceito. Para o longo prazo, qualquer taxa maior do que 12,0% a.a., provavelmente, terá juros reais maiores do que 8,0% a.a.! Mesmo 12,0% a.a. já é uma

taxa muito elevada, considerando-se uma taxa de inflação menor do que 4,5%.

Trazemos, também, um artigo que aborda a rentabilidade no setor agropecuário em 2023. Com a alta taxa básica de juros no Brasil, os ativos financeiros tradicionais ganharam força, com as atividades agropecuárias registrando retornos mais modestos em 2023. O setor sucroenergético foi o grande destaque do agro, com a produção e o fornecimento de cana-de-açúcar apresentando a melhor rentabilidade entre as opções agropecuárias analisadas: 8,57%. A soja e o milho, por sua vez, apresentaram queda em suas margens (com retorno médio de apenas 1,45%), provocada pelo aumento nos custos de produção e nos preços de terras agrícolas e pela queda nos preços. Na pecuária de corte, 2023 foi marcado por uma enorme depressão de preços, em função da maior oferta de bovinos. Os melhores resultados na atividade ocorreram na pecuária de ciclo completo (5,71%). Por sua vez, a pecuária leiteira de alta tecnologia registrou desempenho um pouco melhor (5,96%).

O cenário internacional exerce um impacto significativo sobre o agronegócio brasileiro, demandando do produtor a implementação de estratégias de *hedge* desde o momento da decisão de plantio. A forte conexão com o mercado global, devido aos excedentes exportáveis e à dependência de insumos importados, torna essencial a análise das variações cambiais nas variáveis críticas: preço da *commodity*, despesas e crédito. Nesse sentido, apresentamos um artigo que mostra que a compreensão detalhada das variáveis cambiais, a escolha adequada de instrumentos financeiros e o alinhamento preciso das receitas e das despesas são fundamentais para

mitigar riscos e garantir os melhores resultados ao produtor.

Este ano promete ainda ser marcado por avanços significativos na agenda de regulação ambiental, tanto nacional, quanto internacionalmente. Iniciativas robustas foram iniciadas em 2023, delineando novas regras e procedimentos para a preservação ambiental na economia, no comércio exterior e na produção agropecuária.

O grande destaque para o Brasil neste ano é a criação do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE), o mercado de carbono regulado nacional. Apesar de o texto que regula esse mercado, ao receber ajustes na Câmara dos Deputados, ter ganhado uma maior abrangência em comparação ao texto-base apresentado no Senado, a deficiência na descrição da estrutura de governança persiste, impactando elementos cruciais para o bom funcionamento de um mercado robusto, transparente e saudável. Diante disso, será necessário realizar regulamentações infralégais subsequentes, abrangendo diversos aspectos administrativos e técnicos, especialmente no que diz respeito às metodologias relacionadas ao clima tropical – uma questão de extrema importância para o Brasil.

Apesar dos desafios, 2024 representa uma oportunidade para o Brasil alinhar preservação ambiental e desenvolvimento econômico de maneira prática e tangível. A implementação efetiva do Código Florestal, a validação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a regulamentação do mercado de carbono serão cruciais para o País aproveitar as oportunidades decorrentes desse novo cenário regulatório. ■

04 EDITORIAL**07 FRASES & COMENTÁRIOS****08 AGRODROPS****13 MERCADOS & NEGÓCIOS**13 O PAPEL DOS REMINERALIZADORES
NA ECONOMIA CIRCULAR15 2024 PODE TRAZER GRANDES MUDANÇAS
PARA O ETANOL NO BRASIL19 **CAPA** A INFLUÊNCIA DO DÓLAR NO AGRO23 NOVAS TENDÊNCIAS DE
CONSUMO PARA 202425 **CAPA** RENTABILIDADES EM 2023 E
EXPECTATIVAS PARA 202428 INSERÇÃO INTERNACIONAL
DO AGRO BRASILEIRO**30 POLÍTICA**30 **CAPA** O QUE ESPERAR DA REGULAÇÃO
AMBIENTAL EM 2024?**33****ANEC**RECORDES DE EXPORTAÇÃO EM 2023:
DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA 2024**39****CAPA** CARTA DE CONJUNTURA
DO FGV AGRO**43 FAESP**MUITO A COMEMORAR, MAS
MUITO TRABALHO A FAZER**44 PRODUZIR**A REFORMA TRIBUTÁRIA PARA O AGRO EM
2024**45 OPINIÃO**TÍTULOS AGRÁRIOS: SEGURANÇA JURÍDICA
CONTRIBUI PARA A PAZ NO CAMPO**46 REFLEXÃO**

A UNIÃO FAZ A FORÇA



Em 2024, o cooperativismo continuará melhorando a vida no campo.

As cooperativas transformam a realidade rural. Promovem união, democratizam o acesso às tecnologias e contribuem para diminuir custos, melhorar a produtividade e a qualidade dos produtos e serviços do agronegócio. Conferem mais poder de negociação e competitividade aos produtores. Com cooperativas, milhões de famílias rurais vivem melhor e mais felizes.



Sistema Ocesp: o sistema de desenvolvimento das cooperativas

 @sistemaocesps

www.sistemaocesps.coop.br

 Sistema**Ocesp**

FRASES & COMENTÁRIOS

“



AGRO.GOV.BR

As exportações brasileiras do agronegócio bateram recorde em 2023, com receita de US\$ 166,55 bilhões, sendo responsáveis por 49% do valor total embarcado pelo País.”

“Resultado de relações diplomáticas internacionais, cerca de 78 novos mercados externos para o agronegócio foram abertos em 39 países neste ano [isto é, em 2023].”

“Informações técnicas convincentes viabilizam as negociações para estabelecer acordos sanitários e fortalecer parcerias comerciais com outros países.”

ROBERTO PEROSA, secretário da Secretaria de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura e Pecuária (SCRI/MAPA)

“Com boa parte da safra 2023/24 vendida, para não acumular grãos em armazém nem estressar os modais logísticos, cabe organizar a cadência do escoamento.”

“Com a conversão das pastagens em culturas, o desmatamento tende a diminuir e o crescimento da área, a ser mais leve a médio prazo. Esses sinais chegarão para os produtores.”

“As tecnologias sustentáveis mostram a origem do produto em propriedades que cumprem a lei e adotam as boas práticas do País. É o momento perfeito para vender a agricultura tropical.”

ANDRÉ NASSAR, presidente-executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE)

“Mercados de carbono construídos com legitimidade e credibilidade estimulam potenciais investidores e ficam acessíveis aos produtores brasileiros.”

“A descarbonização da agropecuária primária deve ser construída por metodologias científicas que tenham reconhecimento internacional do clima tropical brasileiro.”

“No mercado regulado de carbono, as empresas da agroindústria impactam a produção agrícola primária, especialmente sob o ponto de vista de competitividade e mercado.”

PEDRO LUPION, deputado federal (PP/PR) e presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA)

“A regulamentação do mercado de carbono une os desafios de cuidado ambiental e crescimento econômico, com necessidade de diálogos junto aos setores produtivos.”

“Os mecanismos criados incentivam, orientam e auxiliam os agentes econômicos a inibir as emissões de gases do efeito estufa nos processos produtivos.”

“A partir de agora, o agro primário fará parte do mercado voluntário de carbono, em que produtores com áreas legais terão opção de preservar e deixar a floresta em pé.”

ALIEL MACHADO, deputado federal (PV/PR) e relator do Projeto de Lei (PL) nº 2.148/15, aprovado na Câmara dos Deputados

“O Brasil possui papel de liderança no mercado de carbono devido à sua vasta cobertura vegetal, rica biodiversidade e matriz energética limpa renovável.”

“Sem condições para medir a taxa de emissão do agro primário, não haverá, no momento, necessidade de incluir o setor no mercado regulado de carbono.”

“Mesmo sabendo que nenhuma legislação é perfeita, regular o mercado de carbono de forma transparente será importante para os acordos multilaterais do País.”

LEILA BARROS, senadora (PDT/DF) e relatora do PL nº 412/22, aprovado no Senado Federal

RECORDE HISTÓRICO NAS EXPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO EM 2023

Em 2023, as exportações do agronegócio brasileiro alcançaram US\$ 166,55 bilhões – um aumento de 4,8% em relação a 2022. O setor representou 49% das exportações totais, impulsionado por um aumento na quantidade de grãos exportados (+24,3%) e uma expansão em outros produtos. Os setores de complexo soja, de carnes e sucroalcooleiro foram os maiores contribuidores, representando 64,9% das vendas. O Brasil também lançou um programa para converter pastagens degradadas, visando dobrar a produção de forma sustentável. Diante desses números, o País consolida a sua posição de liderança e aumenta a participação na segurança global dos alimentos.

PRINCIPAIS SETORES EXPORTADORES DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO EM 2023

SETOR	Participação no total do valor exportado (%)
Complexo soja	40,4
Carnes	14,1
Sucroalcooleiro	10,4
Cereais, farinhas e preparações	9,3
Produtos florestais	8,6
TOTAL	82,8

Fonte: SECEX/MDIC

BRASIL SE TORNA O MAIOR EXPORTADOR MUNDIAL DE MILHO EM 2023

O Brasil conquistou a posição de maior exportador global de milho em 2023, superando os Estados Unidos, conforme projeções do Departamento de Agricultura desse país (USDA, na sigla em inglês), atingindo um recorde de 56 milhões de toneladas exportadas na safra 2022/23 – um aumento notável de 29,6% em comparação a 2022. O País registrou, também, um expressivo crescimento na receita das exportações de milho, com um aumento de quase 250%, saltando de US\$ 3,99 bilhões para US\$ 13,65 bilhões. Esse desempenho é atribuído a uma combinação de fatores estratégicos, como inovações tecnológicas, boas práticas agrícolas, condições climáticas favoráveis e introdução de novas cultivares do cereal.

PERSPECTIVAS FAVORÁVEIS PARA O SETOR SUINÍCOLA

O setor suinícola brasileiro tem perspectivas favoráveis para 2024, segundo pesquisadores do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo (Cepea/Esalq/USP). O consumo de carne suína pode crescer 2,8% em relação ao ano anterior, e as exportações devem manter o desempenho de 2023. Além disso, há uma previsão de aumento de 3,3% no abate de animais, podendo este chegar a 59,1 milhões de cabeças. Ainda no caso da produção, o produtor pode esperar um cenário de rentabilidade um pouco melhor do que o observado entre 2018 e 2022, sobretudo em decorrência das recentes desvalorizações do milho e do farelo de soja, principais insumos utilizados para a nutrição do animal e que, portanto, representam uma grande parcela dos custos.

AUMENTO EXPRESSIVO NO PREÇO DO AZEITE

Conforme a prévia da inflação de dezembro – que é medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-15 (IPCA-15) –, o Brasil enfrentou um aumento expressivo de 37% no preço do azeite em 2023. Essa escalada nos custos foi provocada, principalmente, pela severa seca na Europa, que impactou drasticamente a produção de azeite, e pelos efeitos econômicos da guerra na Ucrânia, que pressionou os custos de produção associados à produção agropecuária, incluindo a das oliveiras. Como o Brasil produz apenas 1% do azeite consumido internamente, a nação viu-se particularmente afetada por esses eventos globais. Além disso, a perspectiva de continuidade da alta nos preços é sustentada pela expectativa do fenômeno climático El Niño e pelos danos duradouros às oliveiras europeias.

EXPANSÃO GLOBAL DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

Este ano inicia-se com quatro novos mercados para a exportação do agronegócio brasileiro. Uma autorização recente permite a venda de bovinos vivos, embriões e sêmen bovino ao Paquistão e de alevinos de tilápia às Filipinas. Em 2023, o Paquistão importou US\$ 298 milhões, destacando-se fibras, complexo soja e produtos florestais. As Filipinas continuam sendo um mercado importante para a carne brasileira, representando 76% das exportações consumidas. A abertura do mercado de bovinos vivos para o Paquistão gerou uma movimentação de US\$ 488 milhões em 2023, refletindo um aumento de 154%. No ano passado, a retomada diplomática resultou em recordes na abertura de mercados; neste ano, buscam-se mais oportunidades para gerar renda e emprego no País.

BRASIL PIONEIRO NO CRESCIMENTO DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

A Agência Internacional de Energia (AIE) prevê que a oferta de biocombustíveis cresça 30% mais rápido até 2028 em comparação aos últimos cinco anos, sendo o Brasil responsável por 40% dessa expansão. O País é um dos maiores produtores de biocombustíveis do mundo, com destaque para o etanol produzido a partir de cana-de-açúcar e o biodiesel produzido a partir de óleos vegetais ou gorduras animais. O governo brasileiro tem se esforçado para aumentar o consumo de combustíveis renováveis, com o apoio da Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio).


Recentemente, o ministro do Ministério de Minas e Energia (MME), Alexandre Silveira, propôs a criação de uma Aliança Global de Biocombustíveis (GBA, na sigla em inglês), que visa centralizar os esforços para a incorporação de combustíveis renováveis na matriz energética mundial. A proposta foi apresentada a representantes de países que aderiram à Aliança, que reúne dezenove países e doze organizações internacionais. A iniciativa tem como objetivo fomentar a adoção de combustíveis renováveis e promover a transição energética global. A liderança do Brasil na produção de biocombustíveis é um importante vetor para a promoção da transição energética, e a criação da GBA pode ser um passo importante nessa direção.

ACESSE O NOSSO SITE PARA LER AS EDIÇÕES DA
AGROANALYSIS GRATUITAMENTE: AGRO.FGV.BR

A **AGROANALYSIS** É UM DOS MAIS
IMPORTANTES VEÍCULOS FORMADORES DE
OPINIÃO NO SETOR DO AGRONEGÓCIO.



SÃO MAIS DE **40 ANOS** NO MERCADO
GARANTINDO A **QUALIDADE DA INFORMAÇÃO**
QUE CHEGA ATÉ VOCÊ!



Cursos

Planejamento sucessório, tributário e patrimonial no agronegócio

Início: 24 de fevereiro de 2024
Formato: 100% online (aulas ao vivo)

Carga horária: 16 horas-aula

Objetivo

Ensinar gestores a garantir a perpetuidade dos negócios por meio do planejamento sucessório.


Aprenda sobre:

- Os efeitos operacionais, patrimoniais e fiscais da sucessão;
- As ferramentas disponíveis para a estruturação da sucessão.


Público-alvo

Gestores, fundadores de negócios rurais e membros da família que estão implicados no planejamento do futuro das atividades e do patrimônio.


Palestrantes / Docentes / Equipe




Roberto Rodrigues




Antônio Carlos Kfour Aïdar



Felipe Serigati




Fabio Pallaretti Calcini



Mariana Denuzzo Salomão

FGV Escola de Negócios do Brasil

Acesse o programa completo em: agro.fgv.br



Cursos

Mensuração de carbono na agricultura e pecuária

Início: 20 de março de 2024
Formato: presencial

Carga horária: 16 horas-aula

Objetivo

Ensinar técnicas para cálculo e redução das emissões de carbono na agropecuária.


Aprenda sobre:

- A contribuição do setor agropecuário para as mudanças climáticas;
- As atividades que emitem e removem gases do efeito estufa;
- As metodologias e as ferramentas de mensuração das emissões de carbono na fazenda.


Público-alvo

Profissionais de empresas públicas e privadas e consultores que atuam no setor agropecuário.


Professores / Equipe




Camila Genaro Estevam




Eduardo Delgado Assad



Eduardo de Moraes Pavão




Talita Priscila Pinto



Leonardo Munhoz

FGV Escola de Negócios do Brasil

Acesse o programa completo em: agro.fgv.br



Cursos

Data Science: aplicações no setor da bioenergia

Início: 5 de abril de 2024
Formato: 100% online (aulas ao vivo)

Carga horária: 40 horas-aula

Objetivo

Ensinar o aluno a utilizar ferramentas da Ciência de Dados para avaliar problemas no setor da bioenergia.


Aprenda sobre:

- Conceitos de estatística e ferramentas de análise de dados;
- Estruturação e visualização de dados na bioenergia;
- Análise de dados para a tomada de decisões.


Público-alvo

Profissionais de empresas públicas e privadas que atuam em diferentes áreas do setor da bioenergia (produção agrícola, sustentabilidade, inteligência de mercado, finanças etc.).

Professores / Equipe



Luciano Rodrigues



Lucas Rodrigues

FGV Escola de Negócios do Brasil

Acesse o programa completo em: agro.fgv.br

Os três cursos têm vagas limitadas. Para se inscrever e ter mais informações, você pode acessar o link <https://agro.fgv.br/cursos> ou o QR code a seguir:



A PROPOSTA QUE REGULAMENTA O MERCADO DE CARBONO NO BRASIL

A Câmara dos Deputados aprovou a proposta que regulamenta o mercado de carbono no Brasil. O texto cria o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE), que estabelece tetos para emissões e um mercado de venda de títulos. Para falar sobre o assunto, o programa Morning Show, da Jovem Pan, entrevistou o coordenador do OCBio, Daniel Vargas, que explicou o que significa a regulamentação do mercado de carbono brasileiro e descreveu a posição da produção de alimentos, os riscos e, também, as oportunidades para a economia nacional.

Assista à entrevista na íntegra por meio do QR *code* a seguir:



UM NOVO PACTO PARA AVANÇAR NA IMPLEMENTAÇÃO DO CÓDIGO FLORESTAL

Em um artigo publicado na coluna Vozes do Agro, do Globo Rural, Leonardo Munhoz, pesquisador do Observatório de Conhecimento e Inovação em Bioeconomia da Fundação Getúlio Vargas (OCBio/FGV), e João Adrien, *head* de Estratégia ESG da Diretoria de Agronegócio do Itaú BBA e membro do Grupo Executivo da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, destacam a importância da implementação do Código Florestal (Lei nº 12.651/12) para toda a sociedade brasileira.

Segundo os autores do artigo, “implementar o Código Florestal é imprescindível para o bem-estar da população e para manter o agronegócio brasileiro competitivo diante das demandas internacionais de que a produção seja aliada à sustentabilidade. É preciso, portanto, reconstruir um novo pacto político entre governos, setor privado, sociedade civil e academia para que as regras não sejam alteradas”.

Adrien e Munhoz também argumentam que é preciso avançar na implementação da Lei com urgência, pois, além de contribuir para alcançar a meta climática do Brasil dentro do escopo do Acordo de Paris, ajudará o País a recuperar passivos e remunerar ativos ambientais.

Acesse o artigo completo por meio do QR *code* a seguir:



CONTRA O GOVERNO, AGRO FAZ GREVE DE UMA SEMANA NA ALEMANHA

A segunda semana deste ano foi marcada por intensos protestos de agricultores na Alemanha. Produtores rurais de diversas regiões do país bloquearam rodovias durante dias em manifestação contra um projeto do governo para cortar os subsídios ao diesel utilizado nas operações agrícolas.

Em 13 de janeiro último, em entrevista ao programa Hora H do Agro, da Jovem Pan, Daniel Vargas, coordenador do OCBio, analisa que há uma mudança na condução do Ministério da Agricultura do país, que começa a abarcar uma agenda mais alinhada com os interesses de eleitores das classes média e alta de partidos verdes.

Para conferir a análise e entender os paralelos com o Brasil, acesse a entrevista na íntegra por meio do QR *code* a seguir:



AGROINDÚSTRIA CONSOLIDA TRAJETÓRIA DE RECUPERAÇÃO E PASSA PARA CAMPO POSITIVO

Segundo o Índice de Produção Agroindustrial (PIMAgro), do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (FGV Agro), a agroindústria registrou, em outubro último, um crescimento de 3,6% em comparação ao mesmo mês do ano anterior. Essa foi a terceira expansão consecutiva para essa base de comparação. É importante destacar que esse crescimento derivou tanto do segmento de produtos alimentícios e bebidas, quanto do segmento de produtos não alimentícios.

Detalhando o segmento de produtos alimentícios e bebidas, observa-se que houve uma expansão de 5,0%, marcando a nona alta do ano. O setor de produtos alimentícios foi impulsionado, principalmente, pelo crescimento na produção de alimentos de origem vegetal. Além disso, a produção de alimentos de origem animal também teve um papel fundamental, com destaque especial para a produção de carnes bovinas. No setor de bebidas, a expansão foi impulsionada tanto pelo subsetor de bebidas alcoólicas, quanto pelo de não alcoólicas.

No segmento de produtos não alimentícios, o crescimento de 1,8% é um sinal positivo, uma vez que essa é a primeira expansão interanual desde agosto de 2022 e reflete uma recuperação quase generalizada entre os setores, com exceção do setor de insumos agropecuários. A contração neste último é compreensível considerando o esforço excessivo de produção em 2022, em resposta à crise de fornecimento de fertilizantes desencadeada pela guerra na Ucrânia.

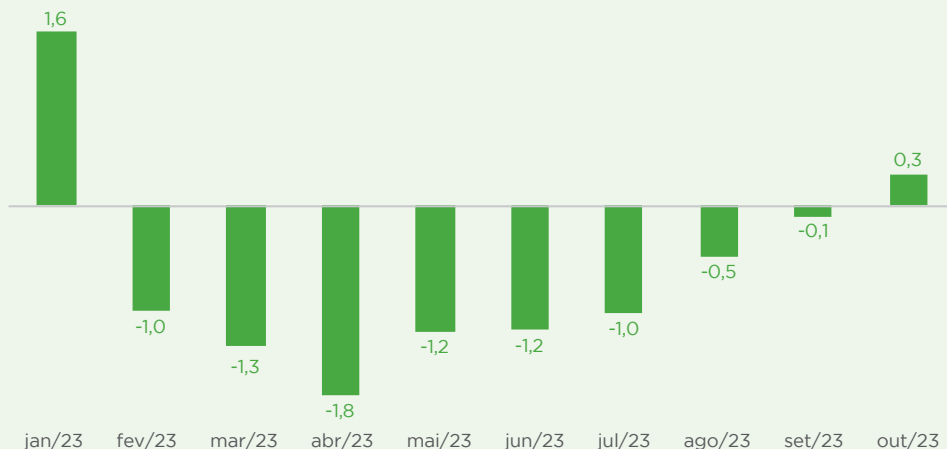
Com esses resultados, a agroindústria finalmente superou a fase negativa, registrando uma expansão no acumulado do ano (0,3% de janeiro a outubro de 2023 em relação ao mesmo período de 2022). Comparando à indústria de transformação, que, até outubro último, acumulou uma contração de 0,9%, a produção agroindustrial demonstra um desempenho superior. Esse resultado mais favorável da produção agroindustrial é atribuído, principalmente, ao peso significativo do segmento de produtos alimentícios e bebidas para a agroindústria. A safra recorde, o arrefecimento da inflação dos alimentos e a melhoria do mercado de trabalho contribuíram para esse cenário positivo.

As projeções do FGV Agro para 2023 indicam um crescimento para a agroindústria, possivelmente situando-se entre os cenários-base (0,2%) e otimista (1,2%) projetados pelo FGV Agro na divulgação passada. O desempenho favorável no último semestre do ano passado vem compensando as quedas vistas nos primeiros seis meses do ano, apontando para uma trajetória de recuperação e crescimento no setor.

“No segmento de produtos não alimentícios, o crescimento de 1,8% é um sinal positivo, uma vez que essa é a primeira expansão interanual desde agosto de 2022 e reflete uma recuperação quase generalizada entre os setores, com exceção do setor de insumos agropecuários.”

AGROINDÚSTRIA: VARIAÇÃO ACUMULADA EM 2023 FRENTE A 2022 (%)

Finalmente, depois de vários meses, a agroindústria mostra que superou a fase negativa, registrando uma expansão de 0,3% de janeiro a outubro de 2023 em relação ao mesmo período de 2022.



Fonte: FGV Agro, com base nos dados da PIM-PF/IBGE

O PAPEL DOS REMINERALIZADORES NA ECONOMIA CIRCULAR

TALITA PRISCILA PINTO*

O agronegócio brasileiro depende fortemente de insumos importados, o que impõe incertezas e custos elevados. Os remineralizadores, derivados de subprodutos minerais, surgem como uma alternativa sustentável, promovendo produtividade, redução de custos e impacto ambiental positivo. Apesar de a disponibilidade do insumo ainda estar restrita a alguns estados, dado o alto custo de transporte no Brasil, o Plano Nacional de Fertilizantes (PNF) prevê incentivos e investimentos que devem ajudar a superar os problemas em médio prazo.

A DISPONIBILIDADE de terras agricultáveis dispostas em diferentes biomas e condições climáticas, associadas às constantes geração e adoção de tecnologias, possibilitou que o agronegócio brasileiro ocupasse um papel de destaque frente ao comércio global de alimentos. Para atingir esse desempenho, o setor – que tem solos ácidos e empobrecidos em nutrientes como fósforo e potássio – precisa investir em insumos primários, tais como fertilizantes químicos e corretivos, majoritariamente ofertados pelo mercado externo. O Brasil responde por cerca de 8% do consumo global de fertilizantes,

ocupando a quarta posição nesse *ranking*^a. Além disso, importa cerca de 85% de todo o volume consumido dos macronutrientes primários (nitrogênio, fósforo e potássio). Em especial para o potássio, esse valor chega a 96%^b.

O mercado global de fertilizantes é concentrado: poucos países do mundo respondem majoritariamente pela produção, gerando incertezas quanto à disponibilidade e aos preços desses produtos. O conflito no Leste Europeu ressaltou a vulnerabilidade causada pela dependência do mercado externo. Além disso, o uso de insumos químicos está

entre as principais fontes de emissões de gases do efeito estufa (GEE) da agropecuária nacional.

Assim, mercados domésticos de insumos alternativos – como os agrominerais – têm ganhado força ao se apresentarem como uma opção mais sustentável. Eles são matérias-primas de origem mineral (rochas e resíduos de mineração) aptas a ser utilizadas na agropecuária, gerando benefícios para a nutrição de plantas e a correção do solo. O uso de rochas moídas com fins de fertilização do solo, conhecido como remineralização, já



SHUTTERSTOCK

vem sendo praticado há décadas via calagem e fosfatagem.

BENEFÍCIOS DOS REMINERALIZADORES

Solos tropicais apresentam um maior potencial para uso de remineralizadores (REM), e esse é o caso do Brasil, país que mais estuda, desenvolve soluções e tem uma regulamentação bem estabelecida para registro, comercialização e fiscalização desses insumos. Nas condições tropicais e em conjunto a outros insumos e manejos de intensificação biológica, os REM podem contribuir para aumentar a produtividade agrícola. A remineralização pode se tornar uma importante técnica de nutrição de plantas ao complementar as práticas tradicionais com fertilizantes de alta concentração e alta solubilidade, principalmente em função da diversidade de matérias-primas e da ampla distribuição geográfica.

Além dos benefícios agronômicos na nutrição e no condicionamento do solo, os REM podem contribuir com uma redução de 30% dos custos da fertilização e da correção do solo e gerar um impacto ambiental positivo. A sua fonte de matéria-prima são os subprodutos (rejeitos e estéril), inerentes ao processo de exploração mineral. Qualquer iniciativa de tratamento e aproveitamento econômico de resíduos pode

trazer benefícios às empresas e gerar externalidades positivas, seja do ponto de vista econômico ou do ambiental.

"Além dos benefícios agronômicos na nutrição e no condicionamento do solo, os REM podem contribuir com uma redução de 30% nos custos da fertilização e da correção do solo e gerar um impacto ambiental positivo."

O desafio da transição para sistemas sustentáveis passa pelo manejo de resíduos e rejeitos da atividade mineradora. O Conselho Internacional de Mineração e Metais (ICMM, na sigla em inglês), nos seus "Princípios para o Desenvolvimento Sustentável", estabeleceu diversos compromissos das empresas-membros relacionados às fases dos empreendimentos. Merecem destaque o Princípio 06, que rege a melhoria contínua da atividade mineradora no meio ambiente, e o Princípio 08, que rege o incentivo ao desenvolvimento, à utilização, à reutilização e à reciclagem dos produtos minerais. Os REM apresentam-se como um produto estratégico para os setores agropecuário e mineral, promovendo práticas de economia circular e logística reversa.

Atualmente, há 59 empresas de REM registradas no Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), com capacidade potencial instalada de produzir cerca de 4,9 milhões de toneladas por ano.

Entretanto, a disponibilidade do insumo está restrita a alguns estados, dado o alto custo de transporte a longas distâncias, o que compromete uma parte da viabilidade econômica de seu uso. Esse problema deve ser superado em médio prazo tendo em vista a diversidade geológica das regiões brasileiras.

Uma parte da solução pode vir do PNF (conforme o Decreto nº 10.605, de 22 de janeiro de 2021), que prevê a expansão do financiamento, do investimento, da produção e do uso de REM como uma forma de reduzir a dependência da importação e fomentar uma economia mais circular. O Brasil tem uma oportunidade ímpar nesse sentido, já que conta com elevada disponibilidade de matérias-primas, facilidade de produção e demanda crescente. Assim, o PNF pode promover um programa de desenvolvimento integrado, que envolva pesquisa mineral e agrônômica e financiamento dos processos de beneficiamento. Esse é o tipo de iniciativa nacional que garantirá a resiliência dos sistemas produtivos e a manutenção da vida no Planeta. ■

Podendo solucionar o problema dos altos custos com transporte a longas distâncias, o PNF prevê o incremento ao financiamento, ao investimento, à produção e ao uso de REM como uma forma de reduzir a importação e fomentar uma economia mais circular.

REMINERALIZADORES: PROMOTORES DA ECONOMIA CIRCULAR E LOGÍSTICA REVERSA

A economia circular, sustentada pela transição para energias e materiais renováveis e pela dissociação da atividade econômica do consumo de recursos finitos, é baseada em três princípios: eliminar resíduos e poluição; circular produtos e materiais (em seu maior valor); e regenerar a natureza. Consiste em uma estrutura de soluções sistêmicas que enfrenta desafios globais, como mudanças climáticas e perda de biodiversidade, além de resíduos e poluição.

Já a logística reversa é o processo de retorno dos materiais para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, e uma consequente geração de valor (conforme a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, e o Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010).

^aDisponível em: www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/insumos-agropecuarios/insumos-agricolas/fertilizantes/plano-nacional-de-fertilizantes/o-plano-nacional-de-fertilizantes

^bDisponível em: www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/05/24/governo-dependencia-externa-de-fertilizantes-vai-continuar-nos-proximos-anos

*Pesquisadora do Observatório de Conhecimento e Inovação em Bioeconomia da Fundação Getúlio Vargas (OCBio/FGV) – talita.pinto@fgv.br

2024 PODE TRAZER GRANDES MUDANÇAS PARA O ETANOL NO BRASIL

LUCIANO RODRIGUES¹, JOSÉ GUILHERME BELON², LUCAS RODRIGUES³

Neste início de 2024, com uma demanda de etanol mais aquecida, as perspectivas são de um novo capítulo na história dos biocombustíveis. Embora, no ano passado, tenha havido uma subida nas vendas totais de gasolina e etanol, este apresentou uma redução expressiva de participação na demanda por combustíveis leves. Observa-se que a supressão tributária sobre etanol hidratado e gasolina em 2022 eliminou o diferencial do biocombustível, prejudicando a sua atratividade ao consumidor. Com a volta dos tributos, viu-se uma subida das vendas no segundo semestre de 2023. Esse processo, junto a outros fatores, resultou na queda do valor recebido pelo produtor de etanol ao menor patamar dos últimos três anos.

A DEMANDA de etanol mais aquecida desde o início deste ano deve evitar situações como aquela vivenciada no início de 2023, que registrou uma redução expressiva de participação do etanol na demanda total por combustíveis leves.

No campo institucional, a regulamentação da reforma tributária precisa ser observada de perto, pois pode promover mudanças importantes na dinâmica entre os estados brasileiros.

Ainda na vertente institucional, fato muito relevante é a possível aprovação do projeto do Combustível do Futuro (Projeto de Lei – PL – nº 4.516/23), que deve promover a ampliação da mistura de etanol anidro na gasolina dos atuais 27% para 30%.

Não menos importante é a esperada aprovação da Medida Provisória (MP) nº 1.205/23, que institui o Programa Mobilidade Verde e Inovação (MOVER), devendo trazer uma nova dinâmica de estímulos à indústria automotiva, que passará a ter as suas metas baseadas nas emissões de gases do efeito estufa por quilômetro rodado, reconhecendo a importância dos combustíveis de baixo carbono e, em especial, do etanol brasileiro.

Em síntese, no ano que se inicia, o setor de bioenergia deve vivenciar um novo capítulo na história dos biocombustíveis na mobilidade de baixo carbono, com novos desafios e boas oportunidades no curto e no médio prazos.

MERCADO EM 2023

O ano de 2023 foi marcado por uma recuperação no número de emplacamentos de veículos e motocicletas novas. Dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA) contabilizaram um crescimento de 13,5% no licenciamento de autoveículos, totalizando 1,96 milhão de unidades comercializadas no ano. Na mesma linha, as vendas de motocicletas no varejo alcançaram 1,58 milhão de unidades, registrando 16,2% de crescimento, segundo informações da Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares (Abraciclo).

Essa condição esteve relacionada à dinâmica econômica do País, à demanda reprimida em 2022 em decorrência da crise dos semicondutores, à maior procura por veículos novos pelas locadoras, além dos elementos introduzidos pela MP nº 1.175/23, que garantiram

benefício tributário para veículos com preços de até R\$ 120 mil, estimulando de maneira pontual as vendas de automóveis em alguns meses de 2023. Embora o patamar de emplacamentos ainda esteja muito aquém daquele registrado antes da pandemia, o fato é que esse movimento garantiu uma ampliação da frota nacional no último ano.

VENDA DE COMBUSTÍVEIS

Como consequência desse cenário, da melhoria dos indicadores econômicos relacionados ao consumo (aumento do poder de compra das famílias, redução no endividamento etc.) e de mudanças na demanda por mobilidade (retomada parcial de atividades presenciais), as vendas de combustíveis do ciclo Otto (soma energética das vendas de etanol e gasolina) atingiram 57,2 bilhões de litros de gasolina equivalente no último ano, registrando um recorde na série histórica acompanhada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) desde 2000.

Esse volume de combustíveis leves consumido em 2023 foi 6,6% superior à quantidade comercializada no ano anterior (53,7 bilhões de litros de gasolina equivalente) e 6,1% maior do que o valor registrado no período pré-

pandemia (53,9 bilhões de litros de gasolina equivalente em 2019).

Apesar desse avanço na demanda total por combustível, as vendas de etanol experimentaram momentos distintos, e não foi um ano trivial para o biocombustível. No agregado de 2023, enquanto as vendas de gasolina apresentaram uma forte aceleração, com um crescimento de

6,9% (46,0 bilhões de litros comercializados), as de etanol hidratado registraram um aumento de apenas 3,4% (16,0 bilhões de litros).

O menor resultado para o biocombustível não está relacionado a qualquer tipo de restrição de oferta. A supersafra de cana-de-açúcar e a ampliação da produção de etanol de milho resultaram em um

aumento próximo de 15% na produção de etanol na safra 2023/24. Em verdade, o menor crescimento no consumo de hidratado esteve especialmente relacionado à conjuntura tributária desfavorável para o biocombustível, sobretudo no primeiro semestre de 2023.

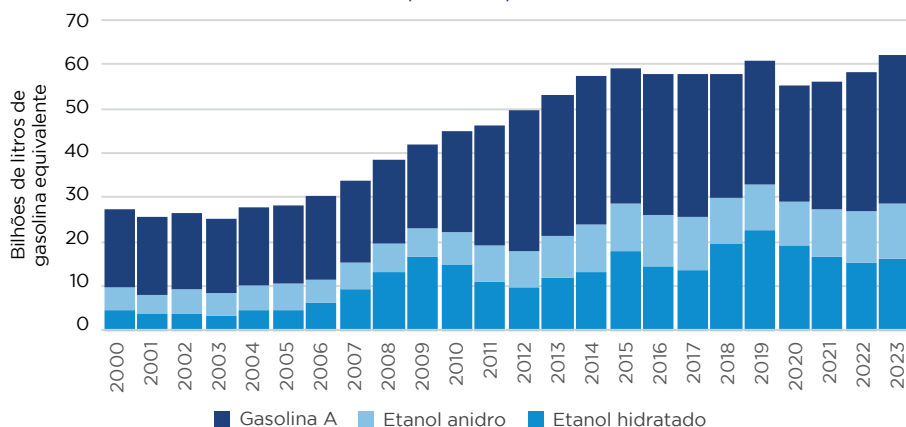
MUDANÇA DA TRIBUTAÇÃO E DO CONSUMO

No início do segundo semestre de 2022, as Leis Complementares (LCPs) nº 192/22 e nº 194/22 promoveram alterações drásticas na estrutura tributária dos combustíveis no Brasil. Entre as mudanças, cabe destacar a supressão total dos tributos federais sobre etanol hidratado e gasolina, eliminando o diferencial tributário do biocombustível e, por consequência, prejudicando a sua atratividade ao consumidor.

O restabelecimento integral da incidência dos tributos federais – Programa de Integração Social (PIS)/Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) – sobre combustíveis leves estava previsto para acontecer em

GRÁFICO 1 - BRASIL: CONSUMO TOTAL DE COMBUSTÍVEIS LEVES EM 2023

Em 2023, as vendas somadas de etanol e gasolina alcançaram um recorde na série acompanhada pela ANP desde 2000.



Nota: o consumo é retratado em gasolina equivalente considerando uma equivalência média de 0,7 litro de gasolina C = 1,0 litro de etanol hidratado
 Fonte: elaboração a partir de dados da ANP (2024)



janeiro de 2023, mas sucessivas postergações fizeram com que esse movimento fosse registrado apenas a partir de julho do ano passado.

“...o menor crescimento no consumo de hidratado esteve especialmente relacionado à conjuntura tributária desfavorável para o biocombustível, sobretudo no primeiro semestre de 2023.”

Como consequência dessa dinâmica, entre o início do segundo semestre de 2022 e o final do primeiro semestre de 2023, houve uma redução expressiva de participação energética do etanol hidratado na demanda total por combustíveis leves (*vide* Gráfico 2).

De fato, os dados evidenciam que, somente a partir de julho de 2023, se iniciou uma tendência de queda na paridade de preços (relação percentual entre o valor do hidratado e o da gasolina

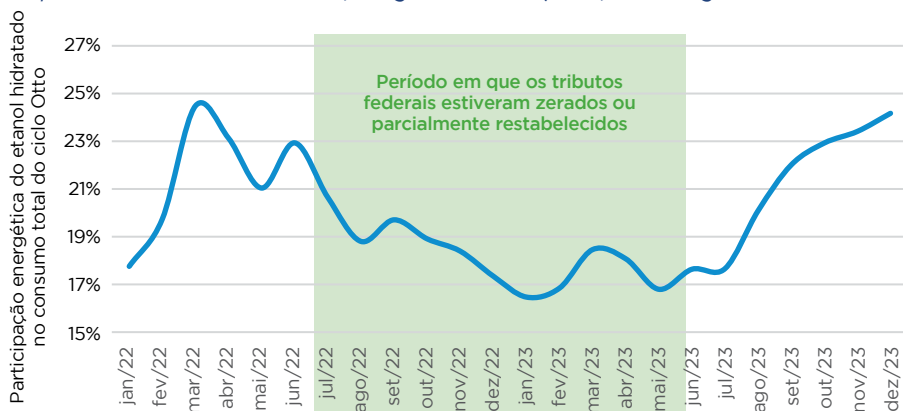
na bomba) e retomada nas vendas de etanol hidratado (*vide* Gráfico 3). Após o restabelecimento dos tributos federais, o consumo de hidratado aumentou 31% em relação ao valor observado durante os primeiros seis meses de 2023, totalizando 9,10 bilhões de litros no segundo semestre, contra apenas 6,95 bilhões de litros registrados na primeira metade de 2023.

Nesse contexto, a participação do etanol hidratado no consumo total de combustíveis leves também apresentou crescimento no segundo semestre, passando de 17,4%, na primeira metade de 2023, para 21,8%, no período subsequente do ano (*vide* Gráfico 2). Apenas para se ter uma ideia desse impacto, 1 p.p. a mais de participação do etanol hidratado no ciclo Otto representa um aumento médio de 80 milhões de litros comercializados por mês.

“Após o restabelecimento dos tributos federais, o consumo de hidratado aumentou 31% em relação ao valor observado durante os primeiros seis meses de 2023, totalizando 9,10 bilhões de litros no segundo semestre...”

GRÁFICO 2 - BRASIL: PARTICIPAÇÃO ENERGÉTICA DO ETANOL HIDRATADO NO CONSUMO TOTAL DE COMBUSTÍVEIS LEVES

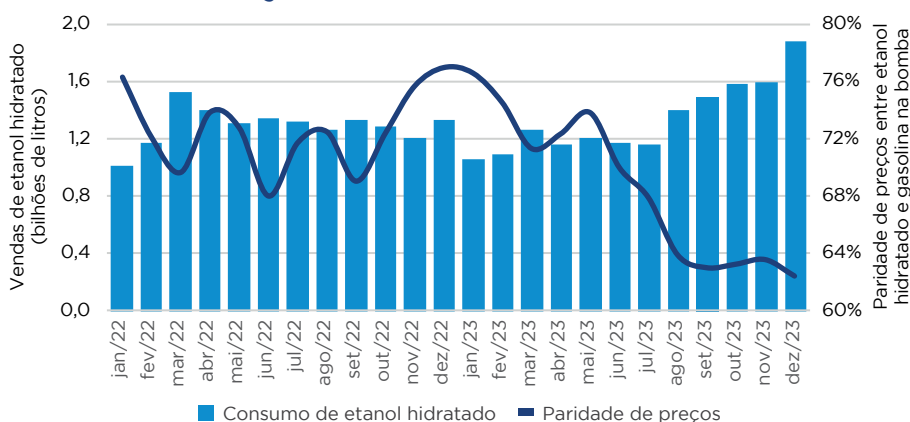
Passado o período de supressão dos tributos federais sobre os combustíveis, no primeiro semestre de 2023, a participação do etanol hidratado na demanda total por combustíveis leves subiu, chegando a alcançar 21,8% no segundo semestre.



Nota: o cálculo considera equivalência média de 0,7 litro de gasolina C = 1,0 litro de etanol hidratado
Fonte: elaboração a partir de dados da ANP (2024)

GRÁFICO 3 - BRASIL: PARIDADE MÉDIA ENTRE PREÇOS DE ETANOL HIDRATADO E GASOLINA C NA BOMBA E VENDAS DE ETANOL HIDRATADO

No segundo semestre de 2023, pode-se perceber o início de uma tendência de queda na paridade de preços entre etanol e gasolina e um novo fôlego sendo tomado nas vendas de etanol hidratado.



Fonte: elaboração a partir de dados da ANP (2024)

No agregado de 2023, a participação energética total do etanol (anidro + hidratado) no consumo de combustíveis leves atingiu cerca de 41% e ficou praticamente estável em relação ao valor observado em 2022. Desconsiderando o menor conteúdo energético do hidratado, a participação volumétrica do etanol no mercado do ciclo Otto atingiu 46%, sendo 26% a participação do etanol hidratado utilizado diretamente nos veículos e 20% a do etanol anidro misturado à gasolina.

CONSUMO POR ESTADO

Essa condição variou de forma expressiva entre as Unidades da Federação (UFs). No Gráfico 4, é possível observar o resultado de uma análise multidimensional que classifica as UFs em quatro grupos distintos, tomando-se

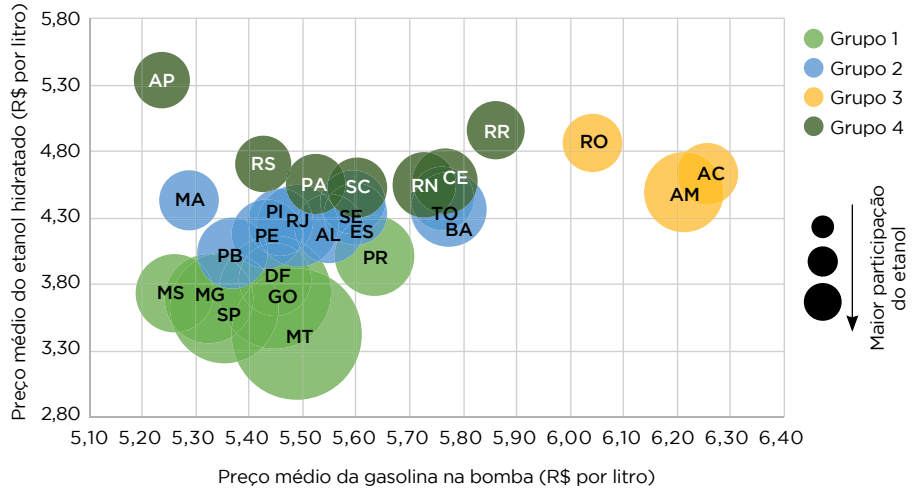
como referência o padrão de preço dos combustíveis na bomba e a penetração do etanol no mercado de cada estado.

No primeiro desses grupos, foram inseridas as seguintes UFs: São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná e Distrito Federal. Nelas, o preço do etanol hidratado foi bastante convidativo ao consumidor em 2023. Como consequência, a participação do etanol no consumo do ciclo atingiu 46% na média do grupo, chegando a atingir 63% em Mato Grosso. Essas UFs responderam por 85% do consumo de hidratado no País, apesar de representarem apenas 57% do mercado total de combustíveis leves no último ano.

Em sentido oposto, estão as UFs do grupo 4 (Amapá, Ceará, Pará, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Roraima e Santa Catarina), em que a atratividade do etanol é muito reduzida (paridade média de 85% em 2023), com participação do biocombustível atingindo apenas 2% do mercado de combustíveis leves. As UFs desse grupo

GRÁFICO 4 - BRASIL: PREÇO MÉDIO DO ETANOL HIDRATADO E DA GASOLINA NA BOMBA E PARTICIPAÇÃO DO ETANOL NO CONSUMO TOTAL DE COMBUSTÍVEIS POR UNIDADE FEDERATIVA EM 2023

Nas UFs do grupo 1, o preço do etanol foi bastante convidativo ao consumidor em 2023, tendo a participação do consumo atingido 46% na média. Já nas UFs do grupo 4, a atratividade é muito reduzida, com a participação alcançando apenas 2%.



Fonte: elaboração a partir de dados da ANP (2024)

foram responsáveis por cerca de 19% do mercado brasileiro do ciclo Otto.

Os grupos 2 e 3 retratam UFs com atratividade econômica intermediária para o etanol hidratado, sendo que as

UFs do grupo 3 apresentam um preço médio dos combustíveis mais elevado em relação àqueles das UFs classificadas no grupo 2.

RESULTADO PARA PRODUTORES

Por fim, avaliando a receita gerada com a produção de etanol, é preciso mencionar que 2023 foi um ano difícil para os produtores que direcionam a maior parte da produção ao biocombustível. A menor competitividade do produto até o final do primeiro semestre do ano, a inércia na demanda por hidratado e a supersafra agrícola fizeram com que o valor líquido recebido pelo produtor de etanol caísse ao menor patamar dos últimos três anos. ■



1Diretor de Inteligência Setorial da União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia (Unica), coordenador acadêmico do MBA em Agronegócios da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e pesquisador do Observatório de Conhecimento e Inovação em Bioeconomia (OCBio/FGV)

2Especialista em Economia da Unica

3Especialista de Inteligência de Mercado da Unica

A INFLUÊNCIA DO DÓLAR NO AGRO

LUIZ CLÁUDIO CAFFAGNI*

Muito se fala de crédito em dólar e da influência do mercado internacional em commodities e insumos. O racional para se gerir o risco cambial é casar com a mesma moeda montantes semelhantes de receitas e despesas. Neste artigo, discutem-se as implicações, os riscos e os procedimentos de uma estratégia de hedge cambial.

EM QUALQUER atividade do agro, o produtor deve estabelecer estratégias de *hedge* (proteção contra a variação indesejada dos preços) desde o momento da decisão de plantio. A forte ligação da produção brasileira ao mercado internacional, devido aos excedentes exportáveis e à dependência de insumos importados, exige a análise da influência das variações da taxa de câmbio (R\$/US\$) no comportamento de três grupos de variáveis: preço da *commodity*, despesas e crédito.

PREÇO DA COMMODITY

Para as *commodities*, pode-se travar o preço de venda (*hedge*) por meio de três caminhos: contratos a termo com comprador (*trading*, cerealista ou cooperativa), contratos de derivativos em bolsa de futuros e contratos de *barter* com liquidação em produto (nesse caso, somente para a parcela dos insumos).

Fixar o preço por meio de **contratos a termo** junto ao comprador tem a vantagem de ser simples, podendo-se, ainda, optar (em alguns casos) por travar preços em dólares ou em reais.

A definição da proporção de mercadoria com preço fixado em cada moeda deve estar relacionada às despesas do produtor. Isso porque, para despesas indexadas ao real (como salários de funcionários) e o preço fixado em dólar, uma queda da taxa de câmbio significa menos reais recebidos com a venda da produção e, conseqüentemente, diminuição de margem (*vide* cenário 1 da tabela).

Por outro lado, para despesas indexadas ao dólar (como fertilizantes) e a mercadoria fixada em real, um aumento

da taxa de câmbio eleva o custo em real sem que a receita se eleve, também reduzindo a margem do produtor (*vide* cenário 2 da tabela).

As operações com **derivativos** são mais técnicas, mas permitem a criação de diversas estratégias, com a possibilidade de alterá-las no meio do caminho.

Ao se utilizar a fixação em bolsa, deve-se analisar a formação de preço da *commodity* (*vide* boxe), uma vez que o mecanismo de bolsa funciona quando há uma alta correlação entre os preços da bolsa e os do mercado à vista. Ou seja, se os preços desses dois mercados têm pouca comunicação (movimentam-se em direções e com magnitudes muito diferentes), a estratégia tem uma grande chance de não dar certo.

É por isso que, se o produtor fizer *hedge* de milho na Bolsa de Chicago (CME), pode não obter o resultado desejado, uma vez que a formação de preço do milho não é primordialmente indexada ao mercado internacional.

As operações de **barter com liquidação** (pagamento) em produto oferecem dois resultados conjugados: crédito e *hedge*. Nesse caso, ao comprar insumos (sementes, agroquímicos e fertilizantes) e pagar por meio da entrega de produto (soja, milho, café etc.) no futuro, o produtor está travando os custos dos insumos ao valor correspondente à quantidade de produção comprometida.

Operações de *barter* com liquidação financeira cumprem apenas o papel de crédito sem agregar o *hedge*, uma vez que, se o preço da *commodity* cair, o

produtor precisará vender um volume maior de mercadoria a fim de liquidar (pagar) a operação.

Uma das vantagens é que operações de *barter*, muitas vezes, são oferecidas em momentos de escassez de outras linhas de financiamento. Por outro lado, deve-se estar atento às altas taxas de juros embutidas na relação de troca.

“Ao se utilizar a fixação em bolsa, deve-se analisar a formação de preço da *commodity* (...), uma vez que o mecanismo de bolsa funciona quando há uma alta correlação entre os preços da bolsa e os do mercado à vista.”

DESPESAS

Assim, conforme mencionado, é fundamental que o gestor case as receitas e as despesas proporcionalmente a seus montantes em dólares ou em reais.

Pode-se considerar que no mínimo 50% do custo de produção de grãos esteja vinculado ao dólar (fertilizantes e agroquímicos). Com isso, faria sentido que a receita utilizada para a aquisição dos insumos fosse indexada à variação cambial.

Mas atenção! Existe certa defasagem de tempo entre a desvalorização (ou a valorização) do real e o repasse aos preços em reais de insumos. Por isso, os insumos podem ser menos impactados pela variação cambial no curtíssimo prazo. As indústrias compram e pagam os insumos importados meses antes da venda para o consumidor doméstico, e,

com isso, uma desvalorização do real impacta pouco os preços correntes. Mas, certamente, haverá um aumento dos preços nas futuras recomposições de estoque. O gestor precisa estar atento, pois esse fato altera o resultado da gestão do risco cambial.

CRÉDITO

O crédito, por sua vez, deve ser encarado como uma despesa futura. Ao se contrair dívida em dólar, deve-se garantir que a receita também esteja indexada ao dólar.

Considerando que o preço da *commodity* esteja fixado em dólar, se a taxa de câmbio subir, o valor da dívida em real subirá em real, porém o valor recebido em real pela venda da produção também subirá na mesma proporção. Na situação contrária, se a taxa de câmbio cair, o valor recebido pela venda da *commodity* também cairá em real, o que será compensado com a queda do valor da dívida (*vide* cenário 3 da tabela).

Se o preço de venda da *commodity* estiver fixado em real, uma alta da taxa

EFEITO SOBRE A MARGEM DE LUCRO CONSIDERANDO A MOEDA DAS RECEITAS E DAS DESPESAS E A VARIAÇÃO DA TAXA DE CÂMBIO (R\$/US\$)

Demonstra-se que a definição da proporção de mercadoria com preço fixado em cada moeda deve relacionar-se às despesas do produtor, pois, para cada cruzamento entre a moeda das receitas e a moeda das despesas, chega-se a um cenário diferente para a margem.

MOEDA DE RECEBIMENTO DAS RECEITAS	Movimento do câmbio	Despesas em R\$	Despesas em US\$
R\$	Valorização do real	Sem efeito na margem	Cenário 2 Margem diminui
	Desvalorização do real		Margem aumenta
US\$	Valorização do real	Margem aumenta	Cenário 3 Sem efeito na margem
	Desvalorização do real	Cenário 1 Margem diminui	

Fonte: elaboração pelo autor

de câmbio elevará o valor da dívida e, conseqüentemente, diminuirá a margem do produtor (*vide* cenário 2 da tabela).

Se o preço da *commodity* não estiver fixado e contar com uma formação de preço internacional, a variação cambial estará “hedgeada”, mas uma queda do preço deprimirá a margem do produtor.

Caso o preço não esteja travado e a *commodity* disponha de uma formação de

preço no mercado doméstico, o risco aumenta, pois não existem *hedge* cambial nem *hedge* do produto.

No caso do financiamento em real e de a *commodity* possuir uma formação de preço internacional, pode haver uma valorização do real (queda da taxa), com queda no preço da *commodity* em real, o que reduziria a margem (*vide* cenário 1 da tabela).

FORMAÇÃO DE PREÇOS

No caso de *commodities* do agro, a geração de excedentes exportáveis atrela em maior ou menor intensidade o preço brasileiro ao preço internacional, dependendo do percentual exportado em relação à produção.

SOJA

Sabemos que em torno de 80% da soja produzida no Brasil é exportada, em forma de grão, farelo e óleo (sem contar a exportação de farelo de soja na forma de frango, suínos e bovinos), o que implica uma formação de preços estabelecida pelo mercado internacional. Geralmente, o produtor recusa-se a vender abaixo do preço internacional, ao passo que o comprador quase nunca paga acima do preço internacional.

A análise comparativa dos preços do primeiro vencimento da soja na CME e do preço à vista em Paranaguá (em US\$ e R\$) mostra que há uma forte aderência do preço doméstico ao mercado internacional (*vide* Gráfico 1).

Na análise, entre março e julho de 2023, nota-se, no gráfico, que o preço da soja brasileira, em dólar, fica abaixo do da soja da CME, embora os movimentos continuem correlacionados. Essa abertura do diferencial entre os dois preços – conhecida como “base” ou “prêmio de exportação *spot*” – indica um excesso de oferta de soja brasileira em relação à oferta de soja norte-americana. Em outros períodos (como no final do ano), o preço brasileiro fica acima do de Chicago, o que representa uma menor oferta relativa de soja doméstica.

CAFÉ

Nos últimos anos, o café exportado representou entre 70% e 80% do que é produzido, o que indexa o preço do café ao mercado internacional, pois, como se diz no comércio, “o melhor pagador é a exportação”.

Novamente, há uma alta aderência entre os preços em dólar do café da ICE – bolsa internacional utilizada como referência pelo mercado da *commodity* – e do Brasil, como demonstrado nos dados do Gráfico 2. Embora o café da ICE seja de uma qualidade superior (café Arábica lavado) – o que torna o preço nessa bolsa maior do que o do Brasil –, percebe-se o mesmo fenômeno descrito no mercado de soja da abertura do diferencial entre os dois preços à medida que a colheita brasileira se aproxima e se concretiza.

AÇÚCAR

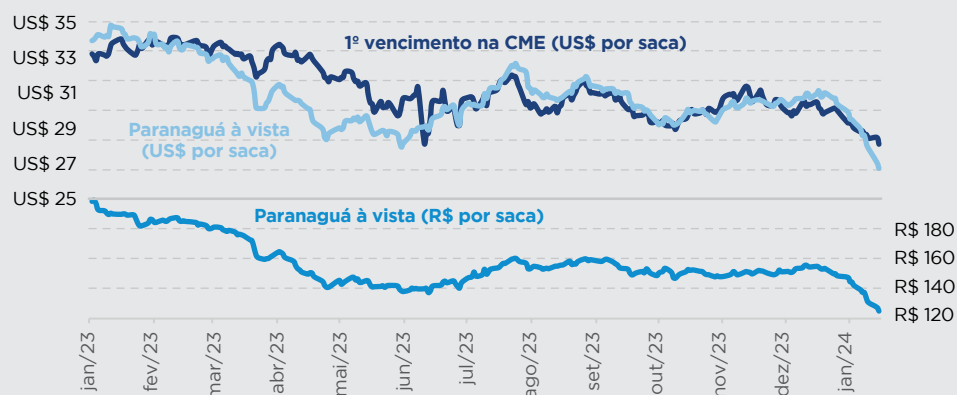
Para as usinas produtoras de açúcar, o preço internacional também influencia os preços internos, sendo que a média de exportação foi de 67% da produção nos últimos três anos. O Gráfico 3 demonstra como o preço internacional influencia o preço doméstico.

MILHO

No caso dessa *commodity*, pode-se afirmar que entre 55% e 60% do volume seja exportado em milho grão, isto é, milho em forma de frango, suínos e bovinos. O percentual complementar destina-se ao mercado interno de processados de

GRÁFICO 1 - PREÇO DA SOJA NA CME E EM PARANAGUÁ

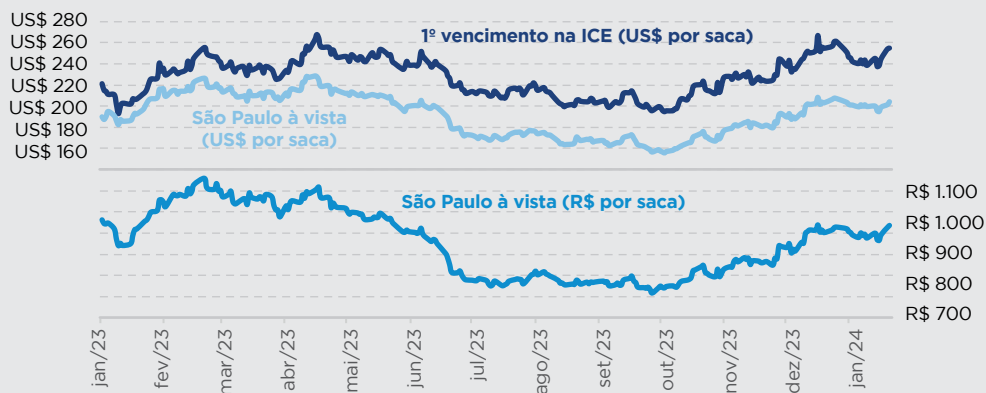
Há uma alta correlação entre o preço do primeiro vencimento da soja na CME e o preço à vista em Paranaguá (em US\$ e R\$), evidenciando uma forte aderência do preço doméstico ao mercado internacional.



Nota: para comparabilidade dos preços, transformou-se 1 *bushel* de soja em sacas de 60 quilos
Fontes: CME; Cepea/Esalq/USP; elaboração pelo autor

GRÁFICO 2 - PREÇO DO CAFÉ (TIPO 6 - BEBIDA DURA) NA ICE E EM SÃO PAULO

Levando em conta a superioridade na qualidade e nos preços do café da ICE em relação aos do Brasil, percebe-se um movimento de aderência entre os dois preços, com a diferença entre eles se acentuando conforme a colheita brasileira se aproxima e se concretiza.



Nota: para comparabilidade dos preços, transformou-se 1 libra-peso em sacas de 60 quilos
Fontes: ICE; Cepea/Esalq/USP; elaboração pelo autor

milho e alimentação de animais para abate (carnes). Essa realidade torna o preço do milho menos indexado ao mercado internacional em relação aos mercados analisados anteriormente. Essa realidade espelha-se na diversidade e no comportamento dos demandantes regionais, que, muitas vezes, praticam preços acima da paridade de exportação.

O Gráfico 4 apresenta o preço da CME e o preço interno, que mostram comportamentos direcionais opostos em mais de um momento. Esse comportamento dos preços revela que fazer *hedge* de milho na bolsa internacional carrega um risco de base (ou de diferencial) maior do que os dos mercados abordados até então. ■

GRÁFICO 3 - PREÇO DO AÇÚCAR (CRISTAL) NA ICE E EM SANTOS

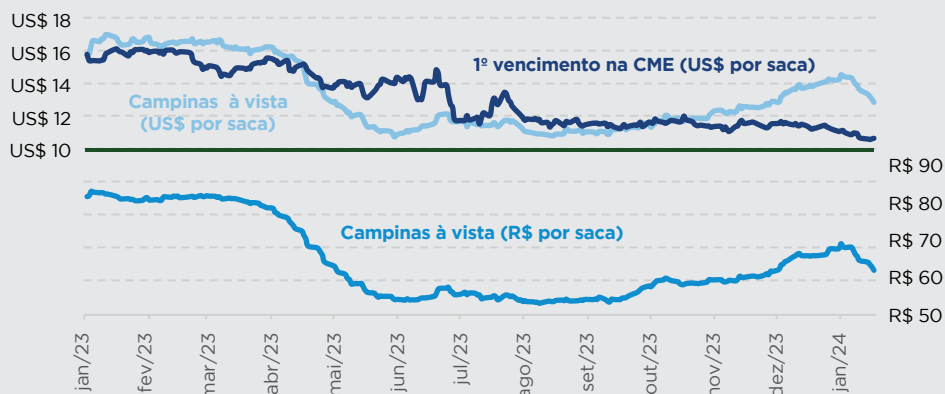
No açúcar, percebe-se, mais uma vez, a aderência dos preços brasileiros aos internacionais. Contudo, pela curva mais inferior no gráfico, percebemos que os preços em reais da commodity em Santos sofrem uma influência menor daqueles observados na ICE.



Nota: para comparabilidade dos preços, transformou-se 1 libra-peso em sacas de 50 quilos
Fontes: ICE; Cepea/Esalq/USP; elaboração pelo autor

GRÁFICO 4 - PREÇO DO MILHO NOS MERCADOS INTERNACIONAL E DOMÉSTICO

Como se vê pelo cruzar das duas curvas superiores do gráfico, os comportamentos do preço da CME e do preço nacional são opostos em mais de um momento, o que reflete a prática de demandantes regionais de estabelecer preços acima da paridade de exportação.



Nota: para comparabilidade dos preços, transformou-se 1 bushel de milho em sacas de 60 quilos
Fontes: CME; Cepea/Esalq/USP; elaboração pelo autor

“Esse comportamento dos preços [sentidos opostos entre preço internacional e preço nacional] revela que fazer *hedge* de milho na bolsa internacional carrega um risco de base (ou de diferencial) maior do que os mercados abordados até então [soja, café e açúcar].”

*Consultor em derivativos e crédito no agronegócio, sócio da Archer Education, membro de Conselhos de Administração de empresas e professor de Pós-Graduação Lato Sensu da Fundação Getúlio Vargas (FGV) - luiz@archereducation.com.br

NOVAS TENDÊNCIAS DE CONSUMO PARA 2024

ENIO BERGOLI*

Para cumprir o seu papel vital de ajudar a atender a demanda global por alimentos no futuro, o Brasil precisa entender as tendências de consumo global a fim de formular estratégias competitivas para o agronegócio. Duas tendências cruciais identificadas pela Euromonitor International para 2024 são a inteligência artificial (IA) e o greenwash out. No agronegócio, a IA pode acelerar inovações, agilizar estratégias de entrada no mercado e otimizar o uso de recursos naturais. Por outro lado, a tendência de greenwash out reflete a crescente demanda por sustentabilidade legítima, com os consumidores cada vez mais céticos em relação às alegações genéricas de sustentabilidade.

A DEMANDA mundial por alimentos deve crescer em até 56% até 2050, de acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, na sigla em inglês). Logo, o Brasil terá um papel crucial pelo seu potencial de expandir a produção sem necessitar a abertura de novas áreas.

Assim, tendo em vista o cenário dinâmico do setor de alimentos e bebidas, entender as tendências globais de consumo é fundamental para traçar estratégias que permitam estabelecer vantagens competitivas para os produtos brasileiros, impulsionando o setor agro.

Nesse sentido, pesquisas têm apontado os caminhos para atender as demandas dos consumidores.

Recentemente, a Euromonitor International divulgou as tendências globais de consumo para este ano, entre as quais se destacam duas com uma maior interface no agronegócio: a IA e o *greenwash out*.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

A IA surge como uma ferramenta promissora: 53% das empresas planejam investir nessa tecnologia nos próximos

anos, visto que pelo menos 72% dos consumidores já utilizam alguma tecnologia relacionada a IA no dia a dia. As ferramentas de IA estão evoluindo, permitindo uma maior interação e chegando a influenciar as decisões dos consumidores. O potencial impacto dessa tecnologia não pode ser ignorado, e as empresas que priorizarem a automação tendem a ter vantagens frente aos concorrentes. Pela perspectiva dos empreendedores, a IA deve ser incorporada de forma a permitir alcançar novos públicos, reforçar a personalização e melhorar a compreensão das demandas dos clientes, permitindo entregar satisfação.

Especificamente no agronegócio, a implementação de IA pode acelerar inovações, agilizar estratégias de entrada no mercado, otimizar o uso de recursos naturais e criar produtos personalizados, alinhados às preferências dos consumidores. A análise de um grande volume de dados, impulsionada pela IA, é crucial para o desenvolvimento de novas culturas e técnicas de produção eficientes, garantindo respostas ágeis às demandas do mercado. Em suma, a adoção eficaz dessa tecnologia no agronegócio pode ser determinante para a manutenção da competitividade no mercado.

Para exemplificar, por meio da IA, é possível estabelecer uma combinação de análises de imagens de satélite e/ou *drones* com sensores em campo para avaliar as condições de uma lavoura, ou seus diferentes talhões.

“A análise de um grande volume de dados, impulsionada pela IA, é crucial para o desenvolvimento de novas culturas e técnicas de produção eficientes, garantindo respostas ágeis às demandas do mercado.”

GREENWASH OUT

A segunda tendência destacada diz respeito à legítima sustentabilidade, cada vez mais reconhecida. A sociedade está cada vez mais atenta às práticas de *greenwashing* – estratégia empresarial de destacar uma característica sustentável para esconder práticas nocivas ao meio ambiente –, severamente condenadas. Portanto, falar que um produto é sustentável não é mais suficiente.

Pensando nisso, 45% das empresas planejam investir em certificações para evitar o *greenwashing* nos próximos anos. E essa é uma decisão de negócio, pois, em 2023, 64% dos consumidores afirmaram



terem tentado causar um impacto positivo no meio ambiente por meio de ações cotidianas, embora tenham percebido que suas contribuições individuais não são suficientes. Agora, o questionamento volta-se para as empresas e os governos: eles estão criando ações de impacto efetivo para a sustentabilidade?

No contexto do agronegócio, a percepção dos consumidores sobre a gravidade das mudanças climáticas e suas consequências para o setor agrícola tem sido importante. Eventos climáticos extremos afetam colheitas, estoques, disponibilidade hídrica e abastecimento. O público está mais cético em relação a mensagens genéricas de sustentabilidade e demanda transparência e provas tangíveis dos compromissos ambientais das empresas. Estas precisam demonstrar com métricas reais, tais como a adoção de práticas agrícolas sustentáveis, a redução do desperdício e o uso responsável de recursos naturais.

“O público está mais cético em relação a mensagens genéricas de sustentabilidade e demanda transparência e provas tangíveis dos compromissos ambientais das empresas.”

EM DIREÇÃO A UMA NOVA REALIDADE SUSTENTÁVEL

As tendências globais de consumo para este ano apontadas pela empresa de pesquisa de mercado Mintel reforçam essa percepção, destacando o que chama de “Nova Realidade Verde”. Consumidores estão reconhecendo que apenas uma abordagem passiva em relação à crise climática não é suficiente para enfrentar os desafios que dela decorrem. Segundo pesquisas realizadas pela empresa, 60% dos consumidores dos Estados Unidos concordam que muitas empresas estão apenas fingindo ser sustentáveis e 52% dos consumidores alemães dizem que não confiam na honestidade das empresas com relação a seu impacto ambiental.

Em suma, as ações voltadas à sustentabilidade no agronegócio não apenas refletem a necessidade da adoção de técnicas que permitam uma melhor convivência com as mudanças climáticas, mas, sobretudo, a existência de uma oportunidade de estabelecer vantagem competitiva na busca por mercado.

Esse cenário deve servir tanto para moldar a estratégia de desenvolvimento

do agronegócio, quanto para que seja aproveitada a oportunidade de divulgar as diversas ações sustentáveis que já marcam o setor no Brasil. É essencial que implementemos ações sólidas e que ajustemos as narrativas, pois, nesse contexto de desconfiança dos consumidores, quem conseguir atraí-los com consistência terá um futuro promissor.

O agronegócio capixaba escolheu trilhar esse caminho, com planejamento estratégico de longo prazo, alicerçado na inovabilidade e construindo programas que vão ao encontro das demandas dos consumidores. Somos pequenos na extensão territorial, mas gigantes na capacidade de produção. ■

* Secretário da Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca do Estado do Espírito Santo

RENTABILIDADES EM 2023 E EXPECTATIVAS PARA 2024

ALCIDES TORRES, ANA PAULA SANTOS, FELIPE DE LIMA JUNQUEIRA FRANCO FABBRI*

A atividade de produção e fornecimento de cana-de-açúcar repete o feito de 2022 e apresenta a melhor rentabilidade entre as opções de investimento no agro em 2023 (8,57%). No entanto, desta vez, a cana não conseguiu superar outros investimentos fora do agro, como o Ibovespa (22,28%), o CDI (13,04%) e o ouro (12,90%). Apesar da pressão de baixa nos preços da soja e do milho, a boa notícia para as atividades agrícolas em geral é a expectativa de custos de produção menores em 2024, podendo trazer algum alívio às suas margens.

AS EXPECTATIVAS iniciais para 2023 apontavam um recorde de produção de soja brasileira (162 milhões de toneladas). No entanto, posteriormente, devido a problemas com o clima, a expectativa foi revista indicando quebra na produção.

Apesar da revisão para baixo no Brasil, o balanço de oferta e demanda global deverá ficar confortável, com estoques finais estimados em mais de 100 milhões de toneladas para a safra 2023/24, com a expectativa de recuperação da produção na Argentina e uma boa safra nos Estados Unidos.

PERSPECTIVAS PARA 2024

Considerando esse cenário, os preços na Bolsa de Chicago caíram para US\$ 12,50 por *bushel* para os contratos de março e maio deste ano. Com o dólar abaixo de R\$ 5,00, a colheita brasileira ganhando ritmo e o aumento da oferta nos próximos meses, a expectativa é de que a pressão sobre os preços persista no mercado brasileiro.

Para o milho, a estimativa inicial para a safra 2023/24 indicava uma produção 9,1% menor em relação à da safra 2022/23, em função da retração em área e produtividade. Com o atraso na semeadura da safra de soja, a janela de semeadura para o milho 2ª safra ficou

estreita, elevando o risco da produtividade e da produção.

A demanda interna deverá aumentar, e a exportação deverá se manter. Com menor produção e aumento na demanda, os estoques finais para a safra 2023/24 deverão ser os menores dos últimos anos, o que poderá trazer sustentação à cotação, frente aos atuais preços, neste ano.

Há uma boa notícia para os custos de produção: a expectativa é de uma menor pressão para a próxima temporada, principalmente com relação aos preços dos adubos e dos defensivos, uma vez que a oferta tem sido ajustada gradualmente em meio à retomada das atividades econômicas ao redor do mundo. Assim, para as atividades agrícolas em geral, destacamos que a expectativa de custos de produção menores em 2024 frente aos últimos anos poderá trazer alívio às margens das atividades.

No mercado de boi, o descarte de fêmeas deverá continuar neste ano, mas com uma menor intensidade em relação a 2023. Espera-se que a oferta de bezerras seja menor, em resposta ao aumento no abate de fêmeas, que deverá repercutir na oferta de bovinos jovens a partir deste ano, podendo trazer sustentação às categorias mais

novas e estímulo à atividade de criação. Apesar da expectativa, não deverá ser um ano de grandes variações para as cotações.

Para o leite, o cenário é de oferta de leite cru ajustada, retomada da demanda e preços melhores no mercado internacional, o que poderá desestimular a internalização. Com isso, após uma forte retração em 2023, melhores cotações podem acontecer neste ano, com destaque para o período de entressafra de capim no País.

RESULTADOS EM 2023

Com o quadro de taxas de juros no Brasil e no mundo elevadas – adotadas como medida para controlar a inflação –, a cotação do dólar caiu 9,5% em 2023.

Com o aumento da taxa básica de juros no Brasil (Selic) entre 2021 e 2022, os ativos voltados à renda fixa ganharam força como boas opções em 2023. O Certificado de Depósito Interbancário (CDI) – principal indicador de investimentos em renda fixa no Brasil – valorizou 13,0% no ano passado.

Porém, a rentabilidade mensal caiu ao longo dos meses. Com maior controle da inflação, o Banco Central do Brasil (BCB) deu início a cortes na taxa

Selic, que iniciou 2023 em 13,75% a.a. e encerrou em 11,75% a.a. Para este ano, o mercado espera mais cortes, e, segundo o boletim Focus do BCB de 19 de janeiro último, a taxa básica deverá terminar o ano em 9,00% a.a.

Com o aumento da taxa Selic e da renda fixa e as alterações na taxa de referência da poupança, esse ativo teve um bom desempenho em 2023, com 8,0%, superando a inflação, medida pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), que caiu 3,3% no ano passado, e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que terminou 2023 em 4,62%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O Ibovespa, com o corte na taxa de juros ao longo do ano e uma perspectiva de melhora no desempenho da

economia, ganhou força e teve forte recuperação em 2023, com destaque para o segundo semestre (em que a máxima histórica foi registrada), encerrando o ano em 22,3%. Quem investiu nesse índice, relacionado às principais empresas do mercado financeiro nacional, obteve um retorno interessante.

Os bons números relacionados à economia brasileira – queda do desemprego, manutenção do Produto Interno Bruto (PIB) e controle da inflação – contribuíram para esse cenário.

Por fim, destaca-se o ouro, que subiu 12,9% em 2023, maior alta desde 2020. A valorização da *commodity*, com destaque nos últimos meses de 2023, esteve relacionada à perspectiva de queda na taxa de juros dos Estados Unidos a partir deste ano.

Quanto aos investimentos fora do agro em 2023, destacaram-se o Ibovespa (+22,3%) e o CDI (+13,0%), dado o cenário de bons números para a economia brasileira. Por fim, houve a subida do ouro (12,9%), valorizado especialmente nos últimos meses do ano.

Entre as atividades agropecuárias, os retornos, de modo geral, ficaram bem abaixo dos investimentos mais conservadores e de menor risco em 2023. O destaque ficou com o setor sucroenergético.

A produção de cana-de-açúcar foi recorde na safra 2023/24, encerrada em novembro de 2023, tendo crescido 10,6%, sendo estimada em 667,6 milhões de toneladas. Área e produtividade aumentaram, compensando a queda nos preços dos açúcares totais recuperáveis (ATR) no ano passado, que se deu por conta do aumento da oferta.

Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a produção de etanol cresceu 9,9%, sendo estimada em 34,05 bilhões de litros, produzidos a partir de cana-de-açúcar e de milho.

Considerando o combustível produzido a partir de cana, o aumento foi de 5,5%, com uma produção projetada em 27,99 bilhões de litros. A produção a partir de milho cresceu 36,3% em comparação à da safra passada, com uma produção estimada em 6,06 bilhões de litros.

Dado esse aumento generalizado na produção de etanol, os preços caíram em 2023.

Já para o açúcar, a produção ficou estimada em 46,88 milhões de toneladas, atingindo um aumento de 27,4% em relação à da safra passada, isto é, o maior volume da história, segundo dados da Conab.

Em suma, o retorno financeiro da atividade foi sustentado pelo açúcar, cuja

RENTABILIDADES MÉDIAS EM 2022 E 2023 (%)

A produção e o fornecimento de cana-de-açúcar apresentam a melhor rentabilidade de investimento no agro entre as opções analisadas em 2023.

ÍNDICES/INVESTIMENTOS	2022	2023
Ibovespa	4,69	22,28
CDI	12,39	13,04
Ouro	1,54	12,90
Produção e fornecimento de cana-de-açúcar	16,32	8,57
Poupança	7,90	8,03
Leite de alta tecnologia (25.000 litros/hectare/ano)	8,52	5,96
Pecuária de ciclo completo (aplicação crescente de tecnologia)	8,26	5,71
Pecuária de recria e engorda (aplicação crescente de tecnologia)	8,58	4,13
Arrendamentos gerais (melhores opções)	5,31	3,40
Arrendamento em regiões de cana-de-açúcar	3,64	2,64
Pecuária de cria (aplicação crescente de tecnologia)	4,06	2,57
Agricultura anual (soja e milho)	4,88	1,45
Pecuária de ciclo completo (baixa tecnologia)	3,03	1,35
Pecuária de recria e engorda (baixa tecnologia)	1,14	-0,54
Pecuária de cria (baixa tecnologia)	-0,78	-1,74
IGP-DI	5,03	-3,30
Dólar comercial	-5,32	-9,53
Leite de baixa tecnologia (4.500 litros/hectare/ano)	-11,42	-13,87

Fonte: Scot Consultoria

oferta no mercado internacional caiu, beneficiando a exportação brasileira, que foi destaque em 2023. A cotação, portanto, subiu.

Considerando as boas rentabilidades atingidas em 2020 e 2021 pela soja e pelo milho, o aumento nos custos de produção e nos preços de terras agrícolas, a forte depressão nos preços, a sua produção recorde no Brasil, além de um balanço global confortável entre oferta e demanda, destaca-se que as

margens das atividades diminuíram em 2023, ficando em 1,5%.

Apesar do recorde de exportação tanto para o milho, como para a soja, a produção recorde e o déficit de armazenagem pesaram sobre as cotações, e o câmbio abaixo de R\$ 5,00 durante vários momentos em 2023 também não ajudou.

Na pecuária de corte, 2023 foi marcado pela maior depressão de preços na

história, em função da maior oferta de bovinos causada pelo desestímulo à atividade de cria. Com isso, o abate de fêmeas aumentou em relação ao de 2022.

Os melhores resultados na atividade foram para a recria/engorda e o ciclo completo quando comparados aos da cria. Entretanto, os retornos obtidos estão aquém dos registrados entre 2020 e 2021.

Sistemas com baixa adoção de tecnologia tiveram um desempenho pior do que aqueles cuja adoção de tecnologia é maior.

CÁLCULO DA RENTABILIDADE

Para esse cálculo, são utilizados modelos econômicos que levam em consideração premissas estimadas para cada negócio agropecuário. Assim, os resultados podem apresentar uma significativa variação conforme a alteração das premissas consideradas.

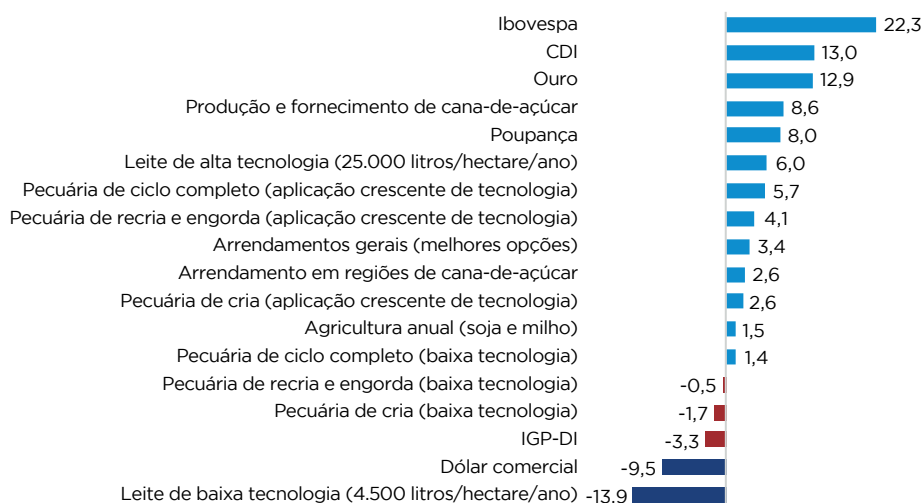
Como a rentabilidade expressa o retorno sobre o capital total investido, a rentabilidade das atividades agropecuárias foi calculada dividindo-se o lucro operacional pelo valor total dos ativos empregados na produção, incluindo o valor da terra.

A rentabilidade deve ser comparada à taxa livre de risco do mercado, cuja referência para o produtor no Brasil seria a taxa Selic. Como qualquer atividade agropecuária envolve riscos, o correto é que a rentabilidade mínima esperada pelo produtor seja igual a essa taxa livre de risco (Selic) mais um “prêmio” (taxa adicional definida pelo produtor) por assumir o risco da produção.

Nas atividades do agro, 2023 foi um ano de retornos mais tímidos, com destaque para o setor sucroenergético, sustentado pelos retornos do açúcar. A soja e o milho, por sua vez, apresentaram queda em suas margens. E os melhores resultados da pecuária ficaram com a recria/engorda e o ciclo completo.

RENTABILIDADES MÉDIAS DE DIFERENTES INVESTIMENTOS EM 2023 (%)

Entre as opções de investimento analisadas, o Ibovespa apresentou o melhor retorno ao investidor no ano (22,3%).



Fontes: BCB; FGV; Scot Consultoria

Na pecuária de leite, após os preços ao produtor subirem em 2022, a forte internalização de produtos lácteos, a queda nos custos de produção e a forte retração nos preços marcaram 2023.

A captação caiu em 2023, mas a importação de leite em pó cresceu 100% comparando semestre a semestre, seguindo em alta nos últimos meses do ano, mas com menor intensidade.

A produção de leite com baixa adesão tecnológica teve o pior desempenho entre todas as atividades monitoradas pela Scot Consultoria (-13,9%).

Na tabela, é possível observar as rentabilidades agropecuárias e os indicadores econômicos em 2022 e 2023 em relação aos respectivos anos anteriores. ■

* Pesquisadores da Scot Consultoria

INSERÇÃO INTERNACIONAL DO AGRO BRASILEIRO

CICERO ZANETTI DE LIMA*

Entre 2000 e 2010, a participação do Brasil em volume mundialmente exportado cresceu a incríveis 4,2% a.a. e em valor a 5,7% a.a. Já entre 2011 e 2022, o crescimento da participação em volume recuou para 2,4% a.a., enquanto, em valor, ficou estável a 0,1% a.a. Em outras palavras, a manutenção da inserção internacional do agronegócio deu-se muito mais pela sua capacidade de produção e intensificação do que por condições externas de demanda ou aumento dos preços.

HISTORICAMENTE, O Brasil é um exportador líquido de produtos agrícolas, ou seja, vende mais alimentos e insumos para o resto do mundo do que os compra de fora. Essas informações estão disponíveis em bases de dados nacionais e internacionais, como, por exemplo, da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, na sigla em inglês). Os dados mostram pelo menos três períodos bastante representativos para a produção agrícola brasileira e a sua inserção internacional.

UMA HISTÓRIA EM TRÊS PERÍODOS

Primeiro, a Revolução Verde, entre as décadas de 1960 e 1970, impulsionou a participação do Brasil tanto em volume, quanto em valor, das exportações mundiais de alimentos. O período foi marcado pelo avanço genético em diversas áreas do conhecimento, bem como pelo crescimento vigoroso da população mundial, o que sustentou a alta no preço dos alimentos durante o período. Entretanto, a inserção internacional do Brasil desacelerou com a instabilidade política e econômica do País entre 1980 e 1994. Nesse período, a participação do País no cenário de comércio internacional recuou para próximo de 3% – tanto em volume, quanto em valor das exportações.

Segundo, a estabilidade monetária em meados da década de 1990, associada à

maior abertura comercial que provocou diversificação de produtos e mercados importadores, formou a base estrutural para o crescimento que viria no período seguinte. A década de 2000 foi marcada pela maior demanda do continente asiático, o que elevou o preço internacional de grãos, oleaginosas e carnes e alavancou as exportações de alimentos – o *boom* das *commodities*. Esses fatores impulsionaram novamente a participação do Brasil nas exportações mundiais. A participação saltou de 3% para 6%, em valor, e para mais de 8%, em volume, em cerca de vinte anos.

Entre 2000 e 2010, a participação do Brasil em volume mundialmente exportado cresceu a incríveis 4,2% a.a. e em valor a 5,7% a.a. Esse feito impressionante é diferente, estruturalmente, dos valores observados entre 1960 e 1970, pois o Brasil consolidou-se como o principal produtor e/ou exportador mundial de diversas *commodities*, como soja, algodão, milho, café, suco de laranja e carnes bovina, suína e de frango.

“A década de 2000 foi marcada pela maior demanda do continente asiático, o que elevou o preço internacional de grãos, oleaginosas e carnes e alavancou as exportações de alimentos – o boom das commodities.”

Terceiro, a despeito da desaceleração global dos preços dos alimentos entre 2011 e 2022, o Brasil ultrapassou 10%

de participação em volume total das exportações de produtos agrícolas. Naturalmente, a queda dos preços reduziu a participação em valor para cerca de 5%. A dinâmica desse período é completamente diferente do período de *boom* das *commodities*. O crescimento da participação em volume recuou para 2,4% a.a., enquanto, em valor, ficou estável a 0,1% a.a., ou seja, a manutenção da inserção internacional do agronegócio deu-se muito mais pela sua capacidade de produção e intensificação do que por condições externas de demanda ou aumento dos preços.

O HOJE E O AMANHÃ

Recentemente, o período marcado pela pandemia de COVID-19 e pela instabilidade de diversas cadeias de produção devido às guerras – isto é, entre a Rússia e a Ucrânia e entre Israel e o Hamas – provocou uma escalada nos preços dos alimentos. O Food Price Index (FPI – índice de preços dos alimentos da FAO) retornou, em apenas três anos, aos patamares de 2011, interrompendo uma sequência de quase uma década de queda nos preços (*vide* gráfico).

O contexto histórico da inserção internacional do agronegócio brasileiro é fundamental para a compreensão atual dos mercados de alimentos e insumos agrícolas. Por exemplo, a Rússia e a Ucrânia, concorrentes em diversas cadeias do agronegócio, mesmo sob conflito armado, apresentam um

crescimento mais acelerado das suas exportações em volume no período de 2011 a 2022 – 3,5% e 4,0% a.a. respectivamente.

A China, por sua vez, projeta, por meio do seu “2023-2032 China Agricultural Outlook Report”, uma redução da importação de soja saindo dos atuais 93,0 milhões de toneladas para 86,5 milhões e 83,5 milhões de toneladas até 2027 e 2032, respectivamente, o que representa uma redução de 13% das importações. Mesmo com essa redução, a soja ainda será o principal grão importado pela China, sendo o Brasil e os Estados Unidos as principais fontes de importação. Por outro lado, esses números mostram que a dinâmica de inserção do agronegócio brasileiro deve se alterar nas próximas décadas.

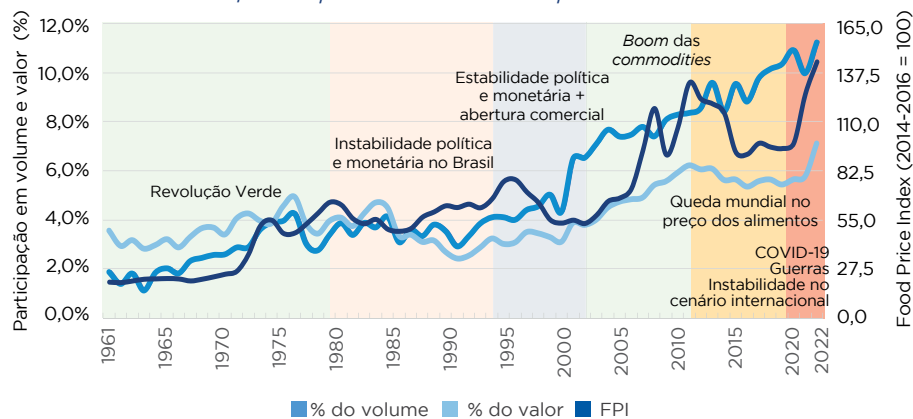
NORMAS E REGULAMENTAÇÕES EXTERNAS E INTERNAS

A agenda para a manutenção da inserção internacional do agronegócio passa pelo olhar estratégico para 2030, 2040 e 2050. Os acordos preferenciais de comércio – que permitem aos países participantes estabelecerem entre si barreiras comerciais menos elevadas do que as aplicadas para as outras nações que não fazem parte do acordo – são formas de garantir acesso a novos mercados e amplificar a inserção internacional do Brasil. Diversos acordos comerciais estratégicos parecem estar adormecidos desde 2019 – como MERCOSUL-União Europeia, Reino Unido, Canadá, entre outros.

A produção de alimentos, o meio ambiente e as emissões de gases do efeito estufa (GEE) têm alimentado a escalada de normas e regulamentações internacionais em diferentes mercados. Estas podem se tornar barreiras técnicas de acesso a novos mercados. Uma barreira técnica é a utilização de normas ou regulamentos não embasados em normas internacionalmente aceitas ou, ainda, decorrentes da adoção de procedimentos de avaliação de conformidade não transparentes e/ou demasiadamente

PARTICIPAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE PRODUTOS AGRÍCOLAS NO TOTAL MUNDIAL DAS EXPORTAÇÕES (VOLUME E VALOR) E FOOD PRICE INDEX DA FAO (VALOR NOMINAL)

Num período de apenas três anos, marcado pela pandemia de COVID-19 e pelas guerras entre a Rússia e a Ucrânia e entre Israel e o Hamas, o FPI retomou os patamares de preços dos alimentos de 2011, interrompendo quase uma década de queda nessa variável.



Fonte: FAOSTAT

dispendiosos, bem como de inspeções excessivamente rigorosas. A aplicação da regulamentação é obrigatória, enquanto, para a norma, não há obrigação. Dois exemplos de regulamentação que afetam diretamente o Brasil são o Carbon Border Adjustment Mechanism (CBAM) e a Deforestation Regulation, ambos da União Europeia, que têm impacto direto sobre o comércio de ferro, aço, alumínio e fertilizantes, além de alimentos de origens vegetal e animal.

“Os acordos preferenciais de comércio (...) são formas de garantir acesso a novos mercados e amplificar a inserção internacional do Brasil. Diversos acordos comerciais estratégicos parecem estar adormecidos desde 2019...”

Ao mesmo tempo, medidas internas são fundamentais para garantir redução de custos e aumentar a competitividade do setor. Por exemplo, o Plano Nacional de Logística (PNL), se entregue como previsto até 2035, será um grande avanço para o escoamento da produção de alimentos e insumos agrícolas. Isso vale, também, para a ampliação dos recursos de implementação de tecnologias de produção de baixo carbono, pois, tanto intensifica a produção agropecuária, quanto reduz a pegada de emissões de

TAXA DE CRESCIMENTO (A.A.) DA PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NAS EXPORTAÇÕES MUNDIAIS EM VOLUME E VALOR

Entre 2000 e 2010, o Brasil viu a sua participação no total exportado mundialmente crescer em volume a surpreendentes 4,2% a.a. e em valor a 5,7% a.a. Já entre 2011 e 2022, o crescimento da sua participação recuou em volume para 2,4% a.a. e se estabilizou em valor a 0,1% a.a.

BRASIL	Volume	Valor	FPI
1961-2022	3,0%	1,0%	2,8%
2000-2010	4,2%	5,7%	8,2%
2011-2022	2,4%	0,1%	-0,4%

Fonte: elaboração pelo autor

GEE da produção – tema central em negociações internacionais para manutenção e abertura de novos mercados.

Esses pontos internos e externos, entre outros, devem fazer parte de um grupo de discussão permanente com olhar estratégico para a produção de alimentos e insumos agropecuários até meados do século. O efeito combinado desses diversos pontos é o que determina a estratégia de cada país para a manutenção e a abertura de novos mercados. ■

*Pesquisador do Observatório de Conhecimento e Inovação em Bioeconomia da Fundação Getúlio Vargas (OCBio/FGV) – cicero.lima@fgv.br

O QUE ESPERAR DA REGULAÇÃO AMBIENTAL EM 2024?

LEONARDO MUNHOZ*

No Brasil, depois de passar pelo Senado, a regulação do mercado de carbono nacional chegou à Câmara dos Deputados, onde teve o seu texto ajustado em alguns pontos, mas a descrição da estrutura de governança desse mercado continua falha. No plano internacional, com a adoção da Deforestation Regulation pela União Europeia (UE) em 2023, o Brasil precisa adiantar-se e planejar a disponibilização de documentos públicos já existentes para a sua produção agropecuária e preservação ambiental, auxiliando os produtores brasileiros a comprovarem as exigências da regulação europeia.

EM 2024, inúmeros avanços devem ocorrer na agenda de regulação ambiental. No ano passado, iniciaram-se várias iniciativas, tanto nacionais, como internacionais, de criação e implementação de novas regras e procedimentos de preservação ambiental na economia, no comércio exterior e na produção agropecuária.

O MERCADO DE CARBONO NO BRASIL

No escopo do Brasil, o grande destaque deste ano é a criação do mercado de carbono regulado nacional – o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE). Desde 2023, esse tema vem sendo fortemente debatido e votado no Congresso Nacional. Um texto-base já havia sido aprovado no Senado Federal em 4 de outubro de 2023, por meio do Projeto de Lei (PL) nº 412/22. Nesse texto, entre os vários dispositivos elaborados pela Comissão de Meio Ambiente (CMA) do Senado, é importante destacar que os senadores votaram a favor de: (i) isenção para as atividades agropecuárias da obrigatoriedade de participar do mercado de carbono; (ii) determinação de que fontes que emitam acima de 25 mil toneladas por ano devem mitigar suas emissões via mercado; e (iii) estabelecimento de Áreas de Preservação

Permanente (APPs) e áreas de Reserva Legal (RL) como elegíveis para emissão de créditos.

Sobre a isenção do agro do mercado de carbono, os senadores justificaram que, devido à heterogeneidade das cadeias de produção e à complexidade do inventário de emissões, bem como de metodologias, o produtor rural não é obrigado a mitigar as suas emissões via mercado de carbono – isso seria mais adequado com a adoção de boas práticas agrícolas. A título de direito comparado, o European Emissions Trading System (EU ETS), por meio da Diretiva 2003/87, também exclui as atividades agropecuárias, havendo obrigatoriedade somente para as atividades industriais. O produtor rural brasileiro poderá de forma voluntária emitir créditos e ofertá-los para o mercado regulado com APP e RL, algo que se alinha com o Código Florestal (Lei Federal nº 12.651/12) e a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (Lei Federal nº 14.119/21), os quais permitem o uso dessas áreas para mecanismos de mercado.

Seguindo o trâmite do processo legislativo, o texto foi encaminhado para a Câmara dos Deputados (isto é, a casa revisora), apensado ao PL nº 2.148/15 da casa e aprovado pelo plenário em 27 de dezembro último. Nesse

momento, os deputados adicionaram e alteraram o texto vindo do Senado em alguns pontos.

Uso de REDD+

A principal alteração do texto ocorreu com a incorporação de dispositivos sobre o uso de REDD+ (crédito de carbono oriundo de desmatamento evitado na Amazônia). Tal tema estava completamente omitido no texto inicial dos senadores, sendo, inclusive, cobrado por setores da sociedade, como o terceiro setor e o Ministério Público Federal (MPF). Os dispositivos agora adicionados, teoricamente, restringem o uso de REDD+, estabelecendo que este somente pode ser convertido em créditos de carbono do mercado nacional caso a sua adicionalidade e não dupla contagem sejam comprovadas (conforme o art. 42 do PL nº 2.148/15). Deve-se destacar que, hoje, o REDD+ constitui uma grande parte dos créditos de carbono negociados no mercado voluntário no Brasil.

A adicionalidade é uma exigência dentro do contexto do mercado de carbono presente no Protocolo de Kyoto para testar que a redução de emissões de gases do efeito estufa (GEE) seja adicional à que ocorreria na ausência de uma atividade humana sendo realizada (isto é, seria “extra” na preservação

ambiental causada pela ação humana). Ou seja, para converter um REDD+ já emitido no mercado voluntário em crédito de carbono do mercado nacional (Certificado de Redução ou Remoção Verificada de Emissões – CRVE), o proponente deverá comprovar tecnicamente a sua eficácia em evitar o desmatamento e promover a mitigação de GEE.

Nesse sentido, deve-se lembrar que, em 2023, houve várias dúvidas sobre os créditos de REDD+, especialmente os emitidos pela certificadora Verra. Em reportagem do *The Guardian*, com base em estudos realizados pela Universidade de Cambridge, questionou-se sobre os procedimentos da Verra para aprovação de projetos de REDD+, no sentido de que os créditos emitidos não correspondiam ao desmatamento de fato evitado em florestas – não haveria adicionalidade, além de haver uma falta de transparência por parte das empresas proponentes de projetos e da certificadora. Dado esse contexto, o controle restritivo e as exigências relacionadas à comprovação de adicionalidade colocada no texto pelos deputados fazem sentido.

Estrutura de governança

Outro importante ponto de alteração foi a estrutura de governança do futuro mercado de carbono. Os deputados complementaram o texto do Senado, o qual continha a governança completamente omitida, principalmente com ausência de descrição da composição do Órgão Gestor e do Comitê Interministerial do SBCE – havia somente as prerrogativas de cada um deles, mas nada descrevendo a formação, a criação de regulamentos e a forma de operacionalização desses órgãos.

Assim, no texto da Câmara, houve um detalhamento da composição do Conselho Interministerial, agora teoricamente denominado Órgão Superior, listando os diversos Ministérios que farão parte do SBCE, como: a Casa Civil; o do Meio Ambiente e Mudança do

Clima (MMA); o do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC); o da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); o da Agricultura e Pecuária (MAPA); o das Relações Exteriores (MRE); o da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI); e o mais novo deles, o dos Povos Indígenas (MPI). O Órgão Superior poderá criar Câmaras Temáticas e Setoriais para abordar temas específicos e mais técnicos.

Sobre o Órgão Gestor, de extrema importância, uma vez que é o braço executor do SBCE, criando os planos de alocação de créditos e credenciamento de metodologias para projetos, os deputados acrescentaram alguns dispositivos, dado que o texto do Senado era muito falho nesse ponto. Foi, então, previsto que o Órgão Gestor será regido pela Lei de Agências Reguladoras e que as suas decisões deverão seguir diretrizes do Órgão Superior. Mas a sua composição e maiores detalhes do seu funcionamento continuam omitidos.

Direito de propriedade

Por fim, o texto aprovado na Câmara esclarece os direitos de propriedade dos créditos de carbono. Fica definido que a titularidade do crédito é do gerador do projeto (poderá ser averbado na matrícula do imóvel) e que o crédito pode ser objeto de negociação contratual, cessão, financiamentos e certificados recebíveis – como o Certificado de Recebíveis de Créditos Ambientais (CRAM). Também fica definido o direito de propriedade de créditos de carbono gerados pela União, pelos estados e pelos municípios em áreas de Unidades de Conservação (UCs) e terras devolutas.

Em suma, a despeito de os deputados terem adicionado esses pontos e o texto ter ficado mais completo do que o anteriormente apresentado pelo Senado, a descrição da estrutura de governança continua falha – afetando algo essencial para o funcionamento de um mercado sólido, transparente e saudável. Dito

isso, haverá a necessidade de regulamentação infralegal posterior, com o desenho de diversas normativas, tanto administrativas, quanto técnicas, especialmente no quesito de metodologias de clima tropical – algo vital para o Brasil.

Apesar dos ajustes feitos no texto que regulamenta o mercado de carbono nacional, a descrição da estrutura de governança segue falha, o que demandará uma regulamentação infralegal posterior.

UE E A DEFORESTATION REGULATION

Em 2023, o Parlamento Europeu adotou uma resolução ambiental de grande impacto para as exportações do Brasil, a Deforestation Regulation – Regulação 2023/1115. Esta é uma regulação que visa proibir a comercialização e a importação de produtos agropecuários derivados da produção de gado, café, óleo de palma, madeira, borracha, soja e cacau em território europeu que sejam oriundos de desmatamento ocorrido depois de 2020, para preservar florestas, biodiversidade e combater as mudanças climáticas. A UE estabeleceu que esses produtos produzidos em áreas de florestas convertidas depois de 31 de dezembro de 2020 serão proibidos de ser comercializados.

Vale lembrar que, em 2022, o Brasil exportou para UE o equivalente a cerca de US\$ 50 bilhões. Destes, US\$ 25 bilhões correspondem a produtos do agronegócio. Ao considerarmos apenas os produtos listados na Deforestation Regulation (gado, soja, café, madeira, óleo de palma e cacau), o montante exportado para a UE equivale a mais de US\$ 15 bilhões, ou seja, isso significa que a norma europeia tem o potencial de impactar quase 62% das exportações do agronegócio do Brasil para o bloco econômico europeu.

Para aferir essa exigência, a norma exige que comerciantes e importadores

submetam à autoridade pública competente: (i) uma análise de risco; e (ii) informações do produto, como riscos do país de origem, áreas de florestas, presença de comunidades indígenas, degradação florestal, histórico de crimes ambientais e não conformidade com critérios socioambientais etc.

“Ao considerarmos apenas os produtos listados na Deforestation Regulation (...), o montante exportado para a UE equivale a mais de US\$ 15 bilhões (...), isso significa que a norma europeia tem o potencial de impactar quase 62% das exportações do agronegócio do Brasil para o bloco econômico europeu.”

Nesse ponto, o Brasil conta com o Cadastro Ambiental Rural (CAR), em que o produtor já informa ao órgão competente o *status* ambiental da sua

propriedade, identificando possíveis déficits de APP e/ou de RL, bem como áreas de uso consolidadas, com a respectiva geolocalização – alguns pontos exigidos pela UE. Ou seja, o CAR tem o potencial de ser um instrumento útil, porém necessita estar com as suas informações validadas pelos órgãos ambientais. Nesse sentido, a validação do CAR continua um grande gargalo, com quase todos os estados do Brasil não atingindo 2%, exceto o Espírito Santo, com 70% de análise concluída.

Além disso, com base nos dados do relatório de 2022 do Projeto de Mapeamento Anual do Uso e Cobertura da Terra no Brasil (MapBiomias), 95% da área desmatada no Brasil apresenta indícios de irregularidade, que são caracterizados pela ausência de autorização da supressão de vegetação. Desta forma, na prática, pode-se dizer que quase a totalidade do desmatamento no Brasil é ilegal. Portanto, a maioria

dos produtores em conformidade com o Código Florestal não deve temer barreiras da norma europeia, tendo a oportunidade de demonstrar a sua contribuição para a preservação e a recuperação das florestas (com os Programas de Regularização Ambiental – PRAs). Igualmente, o combate ao desmatamento ilegal se torna crucial nesse contexto, devendo haver uma forte ação por parte do Estado.

Da parte europeia, cabe aguardar o detalhamento e a operacionalização de como as autoridades competentes de cada país-membro vão realizar essa análise de risco e mobilizar os documentos e os procedimentos necessários, algo ainda incerto. Tendo em vista que a Deforestation Regulation se inicia em 30 de dezembro próximo, os operadores europeus correm contra o relógio. Isso dito, é importante que o Brasil se adiante e comece a planejar a disponibilização e o uso de documentos públicos já existentes para a produção agropecuária e a preservação ambiental no País, especialmente o CAR, auxiliando os produtores brasileiros a comprovarem essas exigências. Também, caso necessário, o País deve estar pronto para questionar o que for preciso sobre arbitrariedade e protecionismo, por parte da UE, na Organização Mundial do Comércio (OMC).

Como observado, apesar dos grandes desafios a serem enfrentados neste ano, fica evidente que o alinhamento de preservação ambiental e economia ganha, agora, aspectos práticos do dia a dia, e não mais meramente conceituais e hipotéticos. O Brasil pode usufruir de grandes oportunidades caso consiga implementar de fato o seu ordenamento regulatório ambiental. Neste ano, a implantação do Código Florestal (em especial a validação do CAR) e a regulamentação do mercado de carbono serão pontos-chave. ■

* Pesquisador do Observatório de Conhecimento e Inovação em Bioeconomia da Fundação Getúlio Vargas (OCBio/FGV)





ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EXPORTADORES DE CEREAIS

RECORDES DE EXPORTAÇÃO EM 2023: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA 2024



JEAN CARLO BUDZIAK

Engenheiro-agrônomo responsável pela área de Inteligência de Mercado da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (ANEC)

2023: UM ANO A SER LEMBRADO

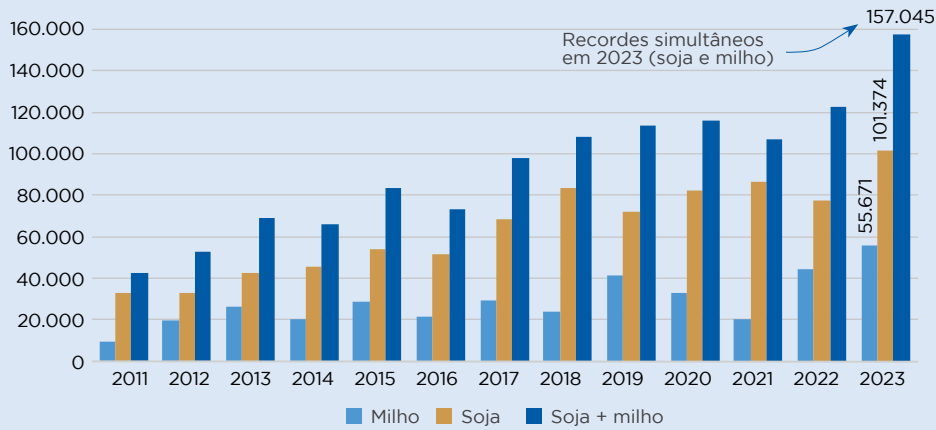
EM NENHUM outro ano além de 2023, se registraram, na história dos grãos, tantos recordes:

- Na safra de soja – 154,6 milhões de toneladas;
- Na safra de milho – 131,9 milhões de toneladas;
- Nas safras simultâneas (no mesmo ano) de soja e milho – 286,4 milhões de toneladas;
- Nas exportações de soja – 101,4 milhões de toneladas;
- Nas exportações de milho – 55,7 milhões de toneladas;

- Nas exportações simultâneas (no mesmo ano) de soja e milho – 157,0 milhões de toneladas;
- Logístico, na coordenação de transporte e pontos para embarque a tempo, volume, qualidade e preço exigidos pelo importador.

A estimativa inicial de exportação de soja era de 93,0 milhões de toneladas, em comparação a uma estimativa inicial de produção de 153,0 milhões de toneladas. Atualmente, com a safra consolidada em 154,6 milhões de toneladas, alcançamos o recorde de 101,4 milhões de toneladas nas exportações (*vide* Gráfico 1).

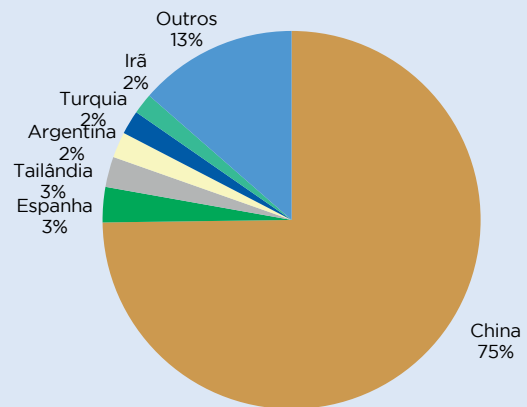
GRÁFICO 1 - RECORDES NAS EXPORTAÇÕES DE SOJA E MILHO
(MILHÕES DE TONELADAS)



Fonte: CARGONAVE; elaboração: ANEC

No caso do milho, a projeção inicial era produzir 126,9 milhões de toneladas, exportando 50,0 milhões de toneladas. Com a safra consolidada de 131,9 milhões de toneladas e estabelecendo um recorde simultâneo com a soja, as exportações atingiram 55,7 milhões de toneladas.

GRÁFICO 2 - PRINCIPAIS DESTINOS DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE SOJA EM 2023

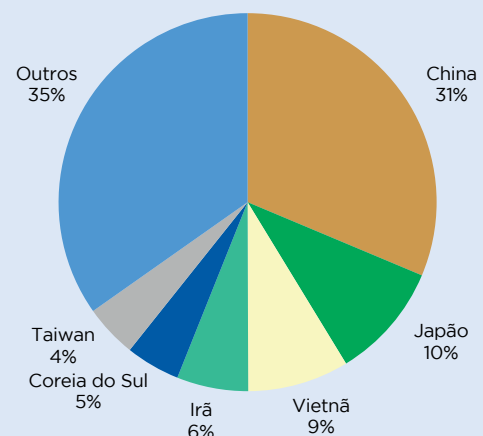


Fonte: CARGONAVE; elaboração: ANEC

PRINCIPAIS DESTINOS EXPORTADOS

O principal destino da soja brasileira foi a China, absorvendo 75% do volume total (o equivalente a 75,6 milhões de toneladas). Além disso, ao longo do ano, observamos destinos pouco usuais, como a Argentina, que importou 2,2 milhões de toneladas devido à quebra de safra, e os Estados Unidos, que importaram 420 mil toneladas, devido à atratividade dos preços da soja brasileira.

GRÁFICO 3 - PRINCIPAIS DESTINOS DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE MILHO EM 2023



Fonte: CARGONAVE; elaboração: ANEC

O grande protagonista que contribuiu com o recorde de exportação de milho foi a China, consolidando-se como o principal destino do cereal em 2023, totalizando 17,0 milhões de toneladas importadas. O início das exportações para a China ocorreu a partir de novembro de 2022, graças ao protocolo assinado entre o Brasil e o país asiático. Desde então, mais empresas foram obtendo os registros necessários junto ao Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) e à Administração-Geral de Alfândega da China (GACC, na sigla em inglês), tornando-se aptas a exportar para o país e, conseqüentemente, intensificando os volumes ao longo de 2023.

Nesse mesmo ano, o Brasil conquistou o posto de maior exportador de milho, ultrapassando os Estados Unidos, de longe o maior produtor mundial do cereal.

O transporte de trigo apresentou particularidades em 2023. Se, por um lado, o volume de importação desse grão pelo Brasil foi menor; por outro lado, houve uma intensificação

na movimentação desse produto internamente no País. Um total de 716 mil toneladas foi transportado do Sul do Brasil para o Nordeste, por meio de cabotagem – algo que não ocorreu com essa magnitude nos anos anteriores.

Historicamente, exportam-se volumes expressivos de soja no primeiro semestre do ano e de milho no segundo semestre. A perfeita inversão da sazonalidade dos dois produtos torna-os complementares, sendo um fator determinante para todos os recordes apontados. Essa inversão é uma constante que se demonstra ao longo de todos os anos.

PORTOS

O Porto de Santos destacou-se nas exportações de grãos. Foi responsável por 33,22% de toda a soja e todo o milho exportados durante 2023. Isso representa um volume 2,6 vezes maior do que o do Porto de Itaquí, que ocupa a segunda posição, com 12,89%. Na sequência, temos os Portos de Barcarena, com 12,00%, e de Paranaguá, com 11,99%.

COMPARATIVOS ENTRE OS PORTOS DO ARCO NORTE, DO ARCO SUL E DE SANTOS

Ao longo da história, observa-se uma predominância nas exportações de soja e milho pelos portos do Arco Sul, destacando-se o Porto de Santos. Até 2020, este era responsável por exportar maiores volumes de milho em comparação aos dos portos do Arco Norte. No entanto, nos últimos anos, o Arco Norte vem mostrando a sua força e eficiência logística ao conseguir escoar grandes volumes.

GRÁFICO 4 - PRINCIPAIS DESTINOS DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE FARELO DE SOJA EM 2023

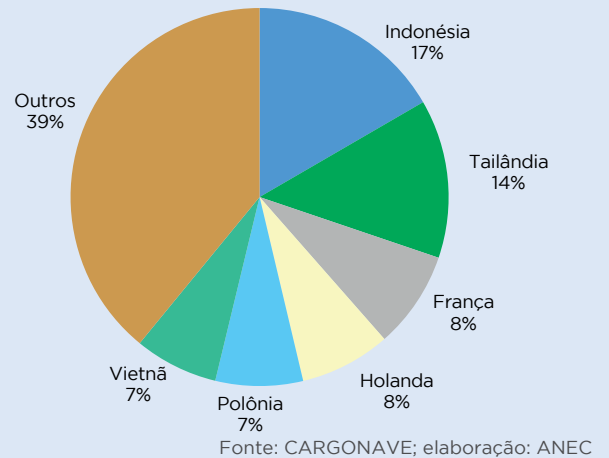


GRÁFICO 5 - PRINCIPAIS DESTINOS DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE TRIGO EM 2023

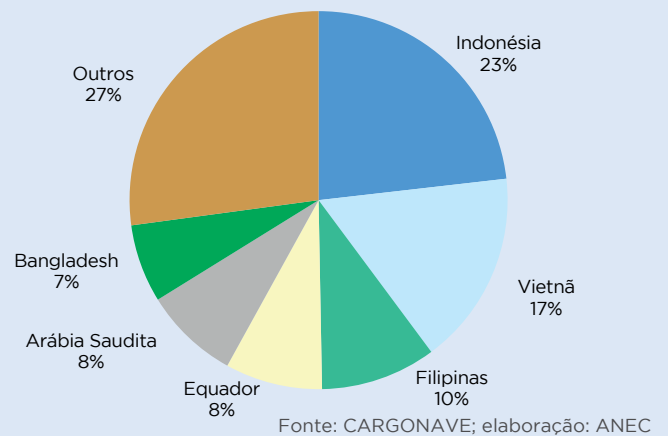
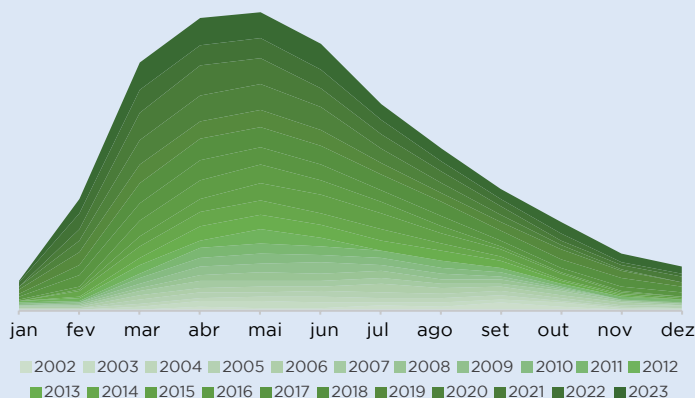
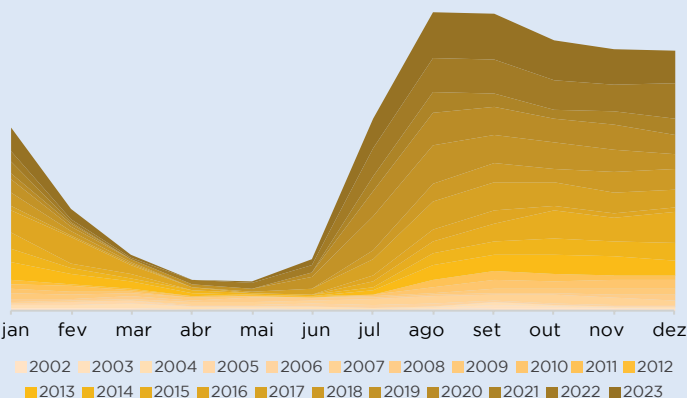


GRÁFICO 6 - HISTÓRICO DA SAZONALIDADE DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE SOJA



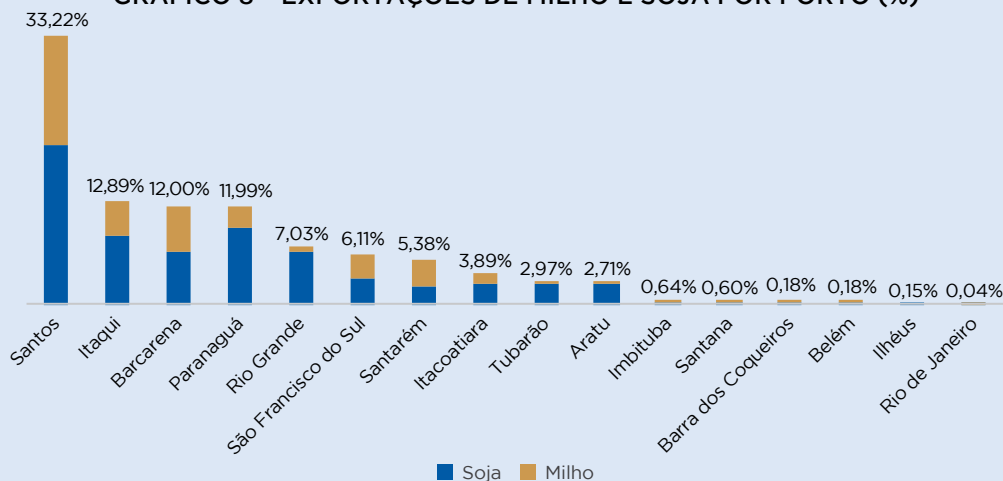
Fonte: CARGONAVE; elaboração: ANEC

GRÁFICO 7 - HISTÓRICO DA SAZONALIDADE DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE MILHO



Fonte: CARGONAVE; elaboração: ANEC

GRÁFICO 8 - EXPORTAÇÕES DE MILHO E SOJA POR PORTO (%)



Fonte: CARGONAVE; elaboração: ANEC

Em 2023, devido às restrições de calado causadas pela seca, o Arco Sul teve que compensar a demanda de carregamento desses produtos. Essa necessidade de adaptação evidencia os desafios enfrentados pela região, mas também

destaca a flexibilidade e a resiliência do setor portuário em lidar com variáveis climáticas e as suas consequências no transporte marítimo.

PERSPECTIVAS PARA AS EXPORTAÇÕES DE 2024

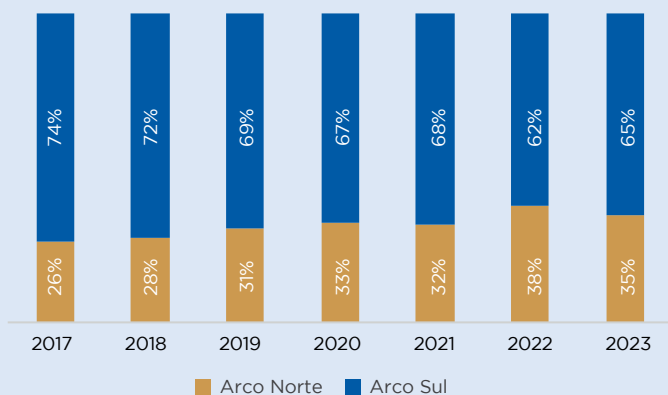
Do ano passado para este ano, o fenômeno El Niño apresentou-se de uma forma muito intensa. A última vez que enfrentamos um fenômeno tão acentuado foi na safra 2015/16, resultando em uma significativa redução na produção de milho e soja daquele ano. O estado mais impactado foi o de Mato Grosso, comportamento que estamos observando novamente nesta safra.

De setembro a dezembro últimos, presenciamos um cenário de muitas chuvas concentradas no Sul do País, enquanto a

região Centro-Oeste esteve sob seca. Além disso, praticamente todo o País enfrentou anomalias de temperatura, com algumas regiões registrando 3 °C ou mais acima da temperatura média para o mesmo período, prejudicando ainda mais as lavouras de soja.

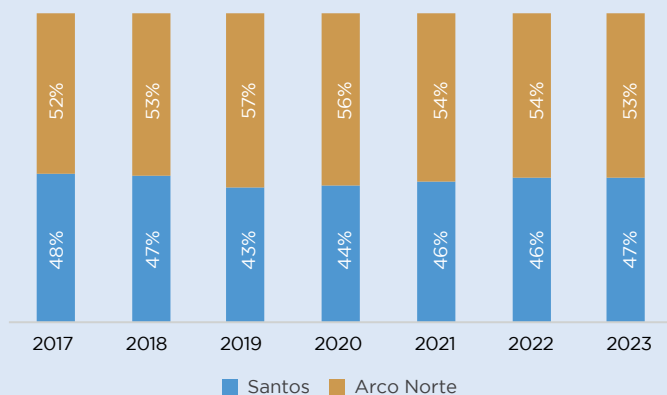
Os modelos climáticos indicam que o El Niño deverá perder a intensidade nos próximos meses, chegando a uma situação de neutralidade entre abril e maio. Posteriormente, é previsto que o fenômeno La Niña retorne em meados de junho e

GRÁFICO 9 - EXPORTAÇÃO DE SOJA: PORTOS DO ARCO NORTE *VERSUS* PORTOS DO ARCO SUL



Fonte: CARGONAVE; elaboração: ANEC

GRÁFICO 10 - EXPORTAÇÃO DE SOJA: PORTOS DO ARCO NORTE *VERSUS* PORTO DE SANTOS



Fonte: CARGONAVE; elaboração: ANEC

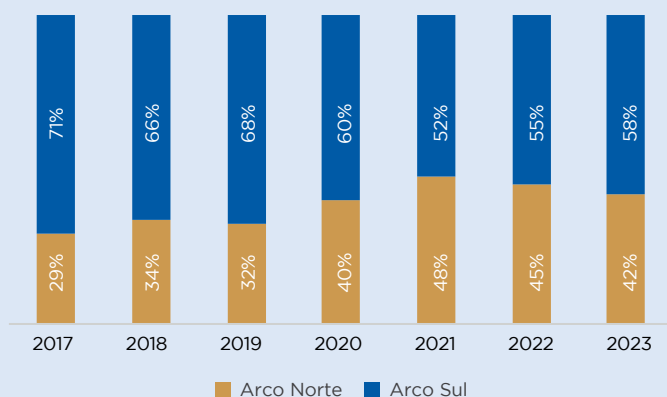
julho. Isso pode resultar num melhor regime pluviométrico na região Centro-Oeste, porém coloca o Sul em situação de alerta, especialmente quanto a estiagens e possíveis geadas. Esse período deverá ser um ponto de atenção para o milho safrinha, que já apresenta estimativas de redução de área, devido à perda de janela ótima de plantio, resultado do atraso no plantio e no replantio da safra de soja.

A soja é um produto essencialmente de exportação. Mais do que qualquer outro grão, a acurácia na determinação de quebra vai ser um fator essencial no cálculo do volume disponível para exportação. Para o milho, há que se apurar os volumes destinados ao mercado interno de proteína animal e aquele destinado aos combustíveis e aos lubrificantes.

Diante das previsões iniciais e do exposto, espera-se uma quebra de safra que impactará as exportações. Recordes históricos foram alcançados na safra passada, e será desafiador reproduzi-los neste ano para a soja e, muito mais, para o milho. Considerando a situação atual das lavouras e as estimativas de produção, nós estimamos as exportações de soja em 100 milhões de toneladas e as de milho em 40 milhões de toneladas.

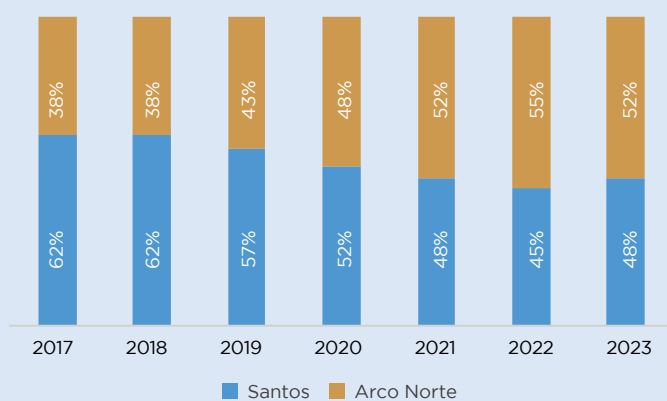
Analisando o panorama em uma perspectiva macro, mesmo com a quebra de safra, teremos mais soja disponível no balanço mundial, principalmente na América do Sul, com a Argentina projetando uma produção superior a 50 milhões de toneladas, em comparação aos 25 milhões de toneladas da safra anterior. Ademais, o principal destino da nossa oleaginosa, a China, reduziu o seu ritmo de compras para importação no início do ano, devido à saturação no mercado de suínos e a estoques robustos. Considerando esse cenário, é crucial monitorar os fatores mencionados anteriormente, bem como as margens no setor de suinocultura do País. Estas se mantiveram negativas na maior parte de 2023. Uma

GRÁFICO 11 - EXPORTAÇÃO DE MILHO: PORTOS DO ARCO NORTE *VERSUS* PORTOS DO ARCO SUL



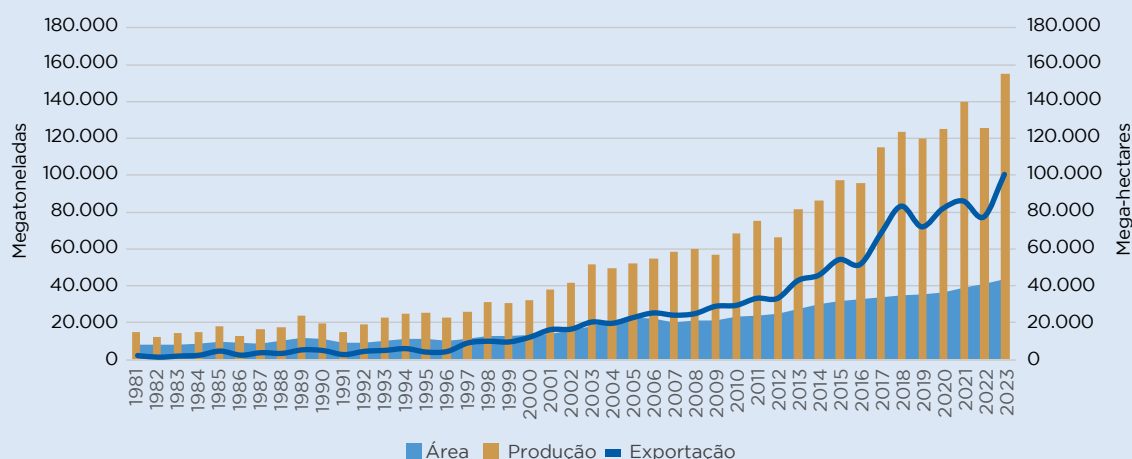
Fonte: CARGONAVE; elaboração: ANEC

GRÁFICO 12 - EXPORTAÇÃO DE MILHO: PORTOS DO ARCO NORTE *VERSUS* PORTO DE SANTOS



Fonte: CARGONAVE; elaboração: ANEC

GRÁFICO 13 - SÉRIE HISTÓRICA DE ÁREA, PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE SOJA



Fontes: ANEC; CARGONAVE; Conab

recuperação nessas margens pode sinalizar uma melhoria na demanda por soja. Se essa perspectiva se confirmar, podemos esperar que o país asiático importe uma proporção próxima da média de 70%, levando em conta que o Brasil vai exportar menos em 2024, devido à quebra de safra.

Quanto ao milho, a demanda interna brasileira deverá aumentar, devido ao início das operações de novas usinas de

etanol e ao consequente crescimento na produção de etanol. Serão demandados quase 5,0 milhões de toneladas a mais em comparação ao ano anterior. O aumento do consumo, somado à previsão de redução da área plantada de milho, terá um impacto direto sobre as exportações. Esse fator deve ser considerado quando estimamos essas exportações em 40,0 milhões de toneladas, em comparação aos 55,6 milhões de toneladas da temporada anterior.

OS BASTIDORES DAS EXPORTAÇÕES E SEUS DESAFIOS

JEAN CARLO BUDZIAK

Engenheiro-agrônomo responsável pela área de Inteligência de Mercado da ANEC

PEDRO EYMAEL

Responsável pela área de Sustentabilidade da ANEC

Em um novo ano, deparamo-nos com velhas preocupações. Os exportadores dependem de um documento denominado Certificado Fitossanitário, requisitado pelos importadores para assegurar o recebimento de um produto em boas condições fitossanitárias. Nos últimos anos, verificou-se um déficit de engenheiros-agrônomos auditores fiscais federais agropecuários (AFFAs) nos portos brasileiros, responsáveis pela vistoria e pela emissão desses certificados, resultando em um atraso na emissão de até dez dias. Apesar de esse entrave burocrático não impactar o volume exportado de forma direta, ocorre um descompasso na receita dos exportadores, representando um atraso no recebimento de fundos essenciais para os exportadores cumprirem com seus compromissos financeiros.

Um concurso para a contratação desses fiscais está em andamento, entretanto os novos profissionais precisarão ser destinados aos portos brasileiros visando suprir esse déficit.

Outro ponto de atenção para o cenário de exportações neste ano é a nova legislação europeia antidesmatamento. Esta exigirá que os países europeus importem produtos do complexo soja livres de desmatamento a partir do final do ano, impondo condicionalidades severas às exportações brasileiras no que diz respeito à rastreabilidade, à capacidade de segregação física e a análises de risco socioambiental.

As exportações de soja produzida no bioma Amazônia estão bem preparadas para atender os requisitos dessa nova legislação devido ao cumprimento da Moratória da Soja. No entanto, as empresas estão enfrentando desafios para atender os requisitos em outras regiões. À medida que o prazo se aproxima, as *tradings* entram em uma fase exploratória, tentando mapear, testar e analisar a melhor forma de adaptar suas operações e ampliar soluções. ■

CARTA DE CONJUNTURA DO FGV AGRO

Em meio a um mundo em desaceleração econômica e com condições climáticas marcadamente adversas, decidimos analisar a situação do Brasil em 2023 por meio do comportamento de seis das suas culturas de destaque: milho, soja, algodão, café, cana-de-açúcar e carne bovina. Posto que os contextos macroeconômico e climático não contam a história toda, apresentamos um olhar mais detido sobre cada uma das culturas e as inter-relações no transcorrer das suas safras atuais, em termos de produção, área, produtividade e exportação.

EM 2023, o mundo entrou em um processo de desaceleração, que deverá continuar em 2024. As economias vêm enfrentando diversos choques adversos, associados, por exemplo, a riscos políticos, tais como o conflito entre a Rússia e a Ucrânia e entre Israel e o Hamas. Adicionalmente, há um processo de divisão do Planeta em dois blocos principais: um formado pela China e outro pelo Ocidente.

Além disso, em 2023, na tentativa de contornar o ambiente de altas taxas de inflação, as economias, de modo geral, elevaram suas taxas de juros. Isso fez com que a atividade econômica passasse a crescer menos e a inflação cedesse. Contudo, as taxas de juros continuam elevadas e só devem reduzir-se ao longo deste ano.

Como a inflação vem desacelerando de forma mais rápida do que os juros, a taxa de juros real, principalmente dos Estados Unidos, deve permanecer em patamares elevados. Isso faz com que, naturalmente, os recursos migrem para os títulos

norte-americanos em detrimento dos ativos atrelados às *commodities*, que estão registrando, conseqüentemente, queda em suas cotações. Desta forma, é esperado que, neste ano, os preços das *commodities* operem com menor pressão.

Além do contexto macroeconômico, é importante destacar o clima como um importante fator influenciador da produção agropecuária, sobretudo, em 2023 e, possivelmente, em 2024. Com um El Niño intenso, as condições climáticas, de modo geral, estão bem adversas. Enquanto a Austrália, a Índia, o Paquistão, a Indonésia, a Tailândia, uma parte da China e o Centro-Oeste e o Nordeste brasileiros sofrem com uma forte seca, a região Sul do Brasil lida com excesso de precipitações.

Assim, fica claro que tanto o contexto macroeconômico quanto as condições climáticas adversas devem impactar a produção agropecuária neste ano. Porém, é válido ressaltar que esses fatores não contam toda a história, o que torna necessária a análise dos fundamentos de cada uma das principais culturas. Em resumo:

- **El Niño** – a safra 2023/24 será marcada pela presença intensa do fenômeno durante a safra de verão e a parte majoritária da segunda safra de milho, gerando escassez hídrica e temperaturas acima da média em uma fração significativa das lavouras e das pastagens brasileiras, notadamente na região Centro-Norte do País.
- **Milho** – uma redução de 10,9% na produção é esperada, ocasionada pela queda na área plantada de milho 2ª safra – afetada pelo atraso no plantio de soja – e pela diminuição nos preços e nas margens. A produtividade deverá ser 5,6% mais baixa em função das incertezas climáticas durante o desenvolvimento da lavoura.
- **Soja** – apesar do aumento da área plantada em quase 1,2 milhão de hectares, estimativas privadas apontam para uma safra menor do que a anterior (foram 154,6 milhões



de toneladas), em função dos problemas climáticos enfrentados durante o plantio e o desenvolvimento das lavouras. No balanço mundial, a recuperação da safra argentina compensará uma redução na safra brasileira.

- **Algodão** – espera-se um aumento da área (6,2%) em função de preços melhores, da redução da área de milho 2ª safra e do atraso no plantio de soja. Mesmo sem crescimento projetado no volume de pluma a ser produzido, o Brasil deverá ocupar o terceiro lugar no *ranking* de maiores produtores mundiais da fibra, ficando atrás somente da China e da Índia.
- **Café** – apesar dos riscos associados à seca, a perspectiva é favorável para as exportações brasileiras neste ano. A produção de café deve crescer 6,1% na safra de 2024. No cenário mundial, a oferta de café Robusta é incerta em países do Leste Asiático, notadamente Indonésia e Vietnã, devido a adversidades associadas ao El Niño.
- **Cana-de-açúcar** – é esperado um aumento de 10,9% na produção de açúcar na safra 2024/25. Além disso, a perspectiva é de que a próxima safra seja mais açucareira devido à sustentação das cotações do açúcar. O clima adverso tem afetado a produção da Índia e da Tailândia. Além disso, o governo indiano suspendeu temporariamente a autorização para exportações de açúcar, pressionando ainda mais os preços no mercado internacional.
- **Carne bovina** – há uma expectativa de aumento da produção em 2,6%, cenário favorável para as exportações brasileiras, que devem ser beneficiadas pela manutenção da demanda chinesa, pelo aumento das compras do Chile e pela redução da oferta nos Estados Unidos. O mercado interno ainda pode mostrar-se como um fator limitante para a recuperação do valor da arroba. Por fim, os pecuaristas podem ter problemas com a qualidade das pastagens devido à escassez hídrica na porção Centro-Norte do País provocada pelo El Niño.

A seguir, esses principais pontos serão detalhados melhor.

MILHO: REDUÇÃO NA PRODUÇÃO

Na safra 2023/24, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), o Brasil deverá produzir 117,6 milhões de toneladas de milho, uma queda esperada de 10,9% frente ao ciclo anterior – que atingiu um recorde de 132,0 milhões de toneladas. A redução na produção será ocasionada pela queda na área e na produtividade, ambas com redução de 5,6%, segundo a Conab.

A menor produtividade deve ocorrer em função das condições climáticas adversas. Adicionalmente, há uma redução de preços do milho no mercado internacional, ocasionada



SHUTTERSTOCK

por uma maior oferta global e dos estoques mundiais de milho, o que reduziu a pressão nas cotações dessa *commodity*.

A consequência foi uma margem do produtor mais estreita. Desta forma, o cenário de preços mais baixos e margens mais apertadas induziu os produtores a migrarem para outras culturas (como soja e algodão), diminuindo, portanto, a área plantada na primeira safra.

Na segunda safra, também é esperada uma área plantada com milho menor, uma vez que houve um atraso no plantio de soja, o que, conseqüentemente, diminuirá a janela ideal de plantio de milho, podendo prejudicar o potencial produtivo da cultura. Já em termos de produtividade, as incertezas permanecem, mas é esperado que o El Niño perca força e acabe até o fim do primeiro trimestre deste ano.

Para as exportações, a Conab estima que 35 milhões de toneladas sejam embarcados para o mercado externo na safra 2023/24 – uma redução de 37,5% em relação ao ciclo anterior. Essa contração é esperada mesmo com a manutenção das compras chinesas. A queda deverá ocorrer porque, possivelmente, haverá uma redução na produção brasileira ao mesmo tempo em que há a expectativa de que a safra norte-americana seja bastante positiva. Além disso, a safra 2023/24 da Argentina tende a ser bem maior do que a observada no ciclo passado, ou seja, o cereal argentino deve retomar o seu espaço no mercado mundial.

SOJA: AUMENTO NA ÁREA PLANTADA

Para a Conab, a produção de soja deverá alcançar 155,3 milhões de toneladas na safra 2023/24, correspondendo a um aumento de 0,4% em relação à produção do ciclo passado, que já foi, até aquele momento, a maior da série histórica. O aumento no volume produzido de soja, se ocorrer, dar-se-á,

exclusivamente, por conta do crescimento da área plantada (2,7%), já que essa cultura deverá avançar sobre a área que antes seria destinada à plantação de milho. Em termos de produtividade, contudo, é esperada uma contração de 2,2%, uma vez que as lavouras contam com clima adverso, atraso no plantio e ocorrência de replantio em todas as regiões produtoras (devido a excesso ou falta de chuvas para o favorável estabelecimento das culturas).

Vale ressaltar, contudo, que estimativas privadas já apontam para uma safra de soja menor do que a anterior. Ou seja, ainda há fortes incertezas para o ciclo atual, mas fica cada vez mais claro que, dificilmente, a produção de soja será maior do que a observada no ciclo anterior.

Para as exportações, o cenário é de queda. A Conab estima que, na safra 2023/24, 98,4 milhões de toneladas de soja deverão ser exportados, o que representa uma contração de 3,3% em relação ao volume exportado projetado para 2022/23. Os embarques brasileiros de soja deverão ser afetados pela menor produção, contudo a safra menor dos Estados Unidos, que também foi impactada pelo clima e que registrou um aumento da área de produção de milho em detrimento da de soja, deve impedir uma queda maior nas exportações da oleaginosa brasileira.

ALGODÃO: QUEDA NA PRODUÇÃO

De acordo com a Conab, a área plantada com algodão no Brasil deverá registrar um crescimento de 6,2% frente à safra 2022/23. Contudo, por conta da menor produtividade esperada (-8,0%), a produção deverá ficar 2,3% menor do que a alcançada no ciclo anterior.

Mesmo com a contração, o volume de produção projetado para o Brasil, segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, na sigla em inglês), dará ao País o terceiro lugar no *ranking* de maiores produtores mundiais de algodão, ficando atrás somente da China e da Índia.

Vale apontar que, no Brasil, o aumento da área plantada de algodão ocorre, sobretudo, por conta da redução da área destinada ao cultivo de milho, assim como no caso do de soja, visto anteriormente. Essa migração de uma cultura para outra por parte dos produtores deve-se às maiores cotações da fibra frente ao cereal – a forte seca que atingiu os principais países produtores (como Índia, Paquistão e parte da China) reduziu a oferta global de algodão. Além disso, os Estados Unidos, que também são um importante produtor, vêm registrando uma redução do seu volume produzido na safra 2023/24, por conta do aumento da área destinada ao cultivo de milho.

Contudo, há, ainda, alguns riscos associados à safra de algodão. Por exemplo, para começar a plantação dessa cultura,



SHUTTERSTOCK

é necessário esperar a colheita de soja e pode ser que haja atraso devido às condições climáticas. Além disso, o algodão está sujeito a riscos geopolíticos, pois tem influência do preço do petróleo, já que este é um insumo importante na produção de fibras sintéticas. Ou seja, quando o preço do petróleo cai, os custos de produção das fibras sintéticas também caem, o que torna o algodão menos competitivo. Atualmente, o comportamento do preço do petróleo é incerto, uma vez que, apesar dos conflitos geopolíticos correntes, os Estados Unidos vêm aumentando a sua produção.

Na safra 2023/24, espera-se uma queda na produção de milho, ocasionada pela queda na área e na produtividade. Já a produção de soja é cercada por incertezas para o ciclo atual quanto à superação da safra passada. Mesmo em contração, o volume projetado de algodão dará ao Brasil o posto de terceiro no *ranking* mundial de maiores produtores da pluma.

CAFÉ: EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS FAVORECIDAS

O café é uma cultura permanente, e a sua produção tem uma produtividade bianual, isto é, há alternância entre um ano de bialidade positiva (anos pares, tal qual 2024) e bialidade negativa (anos ímpares, como 2023). Logo, a safra de 2024 deverá contar com uma bialidade positiva.

Nesse sentido, segundo o USDA, é esperado um aumento de 6,1% na produção brasileira de café. Além disso, o Vietnã e a Colômbia, outros importantes produtores de café, também devem registrar aumento na produção. As condições climáticas em questão devem favorecer a produção global de café na safra de 2024.

Contudo, é importante ressaltar que o aumento na oferta mundial de café deve ocorrer por conta, exclusivamente, da expansão do café Arábica, uma vez que a produção de Robusta

e Conilon possivelmente irá contrair. Enquanto a Colômbia, os países da América Central e os estados brasileiros de São Paulo e Minas Gerais devem ter uma boa safra de café Arábica, os tipos Robusta e Conilon não devem ter uma produção tão positiva, por conta de problemas climáticos enfrentados por importantes produtores, como Vietnã, Indonésia e os estados do Espírito Santo e da Bahia.

A perspectiva é favorável para as exportações brasileiras neste ano. Além de o País ter realizado uma boa colheita em 2023, a oferta de café Robusta é incerta em países como Indonésia e Vietnã, que vêm enfrentando um intenso El Niño. Ademais, no Brasil, a diferença entre o preço do café Arábica de baixa qualidade e o do café Conilon diminuiu, favorecendo o uso de café Arábica nos *blends* domésticos e expandindo a oferta de Conilon para exportação. Por fim, destaca-se que o Conilon brasileiro vem tornando-se mais competitivo em relação a outros importantes produtores, como o Vietnã.

CANA-DE-AÇÚCAR: SAFRA BRASILEIRA MAIS AÇUCAREIRA

Para a safra 2024/25, a expectativa é de que o Brasil tenha mais um resultado positivo na cana-de-açúcar, assim como foi na safra 2023/24. A Conab estima um aumento de 10,9% na produção quando em comparação à safra passada, totalizando 677,6 milhões de toneladas e estabelecendo um novo recorde na série histórica.

Vale salientar que a perspectiva é de que a próxima safra seja mais açucareira, já que o preço do açúcar, no mercado internacional, está em patamares elevados.

Nesse sentido, ressalta-se que o clima adverso vem afetando a produção de açúcar da Índia e da Tailândia. Além disso, o governo indiano suspendeu a autorização para exportações de açúcar. Tudo isso deve reduzir o volume de açúcar disponível no mercado global e manter os preços pressionados. Como consequência, as exportações do produto brasileiro devem ser favorecidas.

Já para o etanol, outro produto da cana-de-açúcar, o panorama é outro. O ciclo 2023/24 registrou um aumento na oferta desse produto, por conta do aumento da moagem de cana e dos açúcares totais recuperáveis (ATR), além da maior produção de etanol de milho. Logo, os preços estão menos pressionados. Além disso, o preço da gasolina, no mercado interno, tem ficado abaixo do preço de paridade de importação, prejudicando a competitividade do biocombustível.

CARNE BOVINA: AUMENTO NA PRODUÇÃO

O ano de 2023 foi marcado por uma menor pressão nas cotações de carne bovina. Nesse período, o preço do bezerro estava bem abaixo do observado nos últimos dois anos, o que

fez com que um maior número de fêmeas fosse para abate. Além disso, no começo daquele ano, ocorreu um embargo das exportações para a China, por conta de um caso atípico de encefalopatia espongiforme bovina (popularmente conhecida como “mal da vaca louca”) no Pará. Isso diminuiu ainda mais os preços.

No mercado interno, a proteína bovina, ao longo do ano, sofreu uma maior concorrência por parte da carne de frango, que estava com preços bem baixos devido, sobretudo, à menor cotação da ração, a qual foi favorecida pela grande safra de milho e soja.

Ou seja, 2023 foi marcado por uma elevada oferta de carne bovina no mercado brasileiro e, conseqüentemente, o preço dessa proteína animal ficou menor.

Para este ano, ainda é esperado um aumento do abate de fêmeas, porém o ritmo desse crescimento deverá desacelerar, uma vez que o preço dos bezerros começa a ensaiar uma recuperação. Com isso, possivelmente, os pecuaristas começarão a reter mais fêmeas para que aumente o número de bezerros.

Mesmo assim, a produção de carne bovina do Brasil deverá alcançar 10,84 milhões de toneladas de equivalente-carcaça neste ano, correspondendo a um patamar recorde, representando um aumento de 2,6% em relação às estimativas de 2023 (de 10,56 milhões de toneladas), de acordo com o USDA.

Como ano de bienalidade positiva, 2024 tem um aumento projetado para a produção de café, cuja variedade Conilon se destaca pelo ganho de competitividade no mercado mundial. Com expectativa positiva, a atual safra de cana-de-açúcar deve ser mais açucareira. Por fim, espera-se que a carne bovina alcance, no período, um patamar recorde na sua produção.

Contudo, deve-se observar que as condições climáticas provocadas pelo El Niño são fatores de atenção no início deste ano, uma vez que chuvas em excesso vêm afetando a região Sul do País e a continuidade dessa condição preocupa os criadores dessa localidade. Além disso, no Centro-Oeste, região com o maior rebanho bovino do Brasil, as previsões indicam chuvas instáveis. Essa condição climática também é motivo de alerta.

Por fim, em termos de exportação de carne bovina, as perspectivas para o Brasil são positivas. As compras chinesas devem se manter, o Chile vem aumentando o consumo de carne brasileira e há uma menor oferta de carne nos Estados Unidos no mercado global. Contudo, deve haver uma maior competitividade por parte da Austrália e da Nova Zelândia, que estão abatendo um número grande de animais, por conta do clima seco e do aumento no custo da pastagem. ■

MUITO A COMEMORAR, MAS MUITO TRABALHO A FAZER



TIRSO DE SALLES MEIRELLES

Vice-presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP)

O SUPERÁVIT recorde da balança comercial brasileira em 2023, que chegou a US\$ 98,839 bilhões, superando todas as previsões, tem uma participação importante do agronegócio. Mesmo com a desaceleração do preço das *commodities* agrícolas, a safra recorde de grãos foi o grande diferencial para o sucesso das exportações brasileiras. E, num momento em que faltam alimentos no mundo, seja pela guerra em países grandes produtores ou por questões climáticas que afetam culturas em diversos pontos do Planeta, o grande desafio é investir em novas tecnologias que permitam a melhoria da produtividade e do desempenho financeiro.

Nesse contexto, a FAESP tem trabalhado na busca de novas tecnologias que possam ser um grande diferencial no segmento paulista. Além dos novos centros de tecnologia que começaremos a construir em Ribeirão Preto, voltados para a excelência na produção de cana-de-açúcar, e em São Roque, com foco na questão da inteligência artificial (IA) – hoje, um assunto que domina todos os eventos mundiais do setor –, trabalhamos para que o segmento paulista continue sendo uma referência. Fora isso, estamos em contato permanente com os pequenos produtores, a fim de garantir o desenvolvimento econômico e social de milhões de famílias que vivem exclusivamente de suas lavouras.

Com um papel vital na economia brasileira e importante na geração de empregos, o agronegócio tem, hoje, mais de 28,3 milhões de trabalhadores diretos. Ao longo dos anos, o perfil do segmento tem mudado, registrando profissionais com maior grau de escolaridade e abertos ao aprendizado de novas técnicas de cultivo e tecnologias de produção. Não há mais espaço para práticas arcaicas. O agronegócio é, hoje, um dos principais impulsores do Brasil e da sua economia. Deixou de ser apenas um celeiro de produtos para se tornar um *player* importante no cenário internacional pela excelência da sua produção.

Na pecuária, no estado de São Paulo, tivemos, em 2023, o último ano de vacinação do nosso rebanho contra a febre aftosa. Já vínhamos implementando, ao longo dos anos, medidas complementares de vigilância da doença visando à suspensão da vacinação. Desta forma, passaremos a oferecer carne com o melhor padrão sanitário e de qualidade, com vistas à agregação de valor na comercialização. Vale lembrar que 2023 foi um ano de expansão dos abates se comparado a 2022. A diminuição nas exportações, entretanto, elevou a oferta de carne bovina para o consumo interno.

Entendemos que, mesmo comemorando o superávit da balança comercial,

há muito o que se fazer para dar ao agronegócio o lugar devido. Estamos em contato permanente com os produtores paulistas para que o nosso estado mantenha a sua posição de liderança e possa galgar novos patamares em culturas que lhe sejam importantes.

Muitos projetos estão sendo discutidos em sua viabilidade e serão essenciais na consolidação do desenvolvimento econômico e na diversificação da atuação, como o fomento do turismo rural, que irá impulsionar a economia. É preciso entender os desafios da implementação de rotas para regiões que hoje ainda não são exploradas, apoiar a solução desses desafios e investir na transversalidade dessa nova vertente de crescimento.

É necessário criar mecanismos que possam realçar a importância do agronegócio na vida do brasileiro, assim como no constante desenvolvimento da economia. Chegamos a imaginar que o verde da nossa bandeira representa com dignidade o nosso setor. Somos reconhecidos internacionalmente pelos nossos produtos, as nossas *commodities* agrícolas, que são os campos verdes do nosso Brasil. O agronegócio continuará semeando a base do nosso progresso. ■



PRODUZIR

A REFORMA TRIBUTÁRIA PARA O AGRO EM 2024

SÉRGIO BORTOLOZZO

Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

UM TEMA que marcou 2023 vai seguir em pauta ao longo deste ano, em função da importância para o agro e para toda a sociedade brasileira: a reforma tributária.

A necessária simplificação do sistema tributário foi uma das vitórias com a aprovação da reforma pelo Congresso Nacional, em dezembro último. Porém, diversos pontos ainda precisam de regulamentação, e um sinal amarelo segue aceso referente ao risco de que o agronegócio ainda seja alvo de um aumento na carga tributária.

Dividimos com você a posição da SRB, que presidimos. Entendemos que é um engano aumentar a tributação de um setor que dá grandes contribuições ao País e consegue competir mundialmente, apesar dos subsídios que são concedidos à agropecuária na maioria dos nossos concorrentes.

O agro responde por um terço dos empregos no Brasil, representa mais de 25% do Produto Interno Bruto (PIB) e vem garantindo superávit na balança comercial do País. Cerca de 50% das exportações brasileiras envolvem produtos agropecuários.

Foram muitas as negociações com parlamentares, e o setor conseguiu evitar um estrago ainda maior, já que, nas primeiras versões, o aumento de impostos atingiria em cheio até mesmo os alimentos da cesta básica – conseguimos que esta fosse desonerada.

As conquistas no texto foram importantes para atenuar o incremento de carga tributária, mas, infelizmente, não são suficientes. Por isso, precisamos ficar atentos ao processo de regulamentação. Em janeiro deste ano, o Ministério

da Fazenda criou Grupos de Trabalho (GTs) que terão até março para avançar na implementação técnica da reforma.

Promulgado no Congresso Nacional no fim do ano passado, o novo regime tributário estabeleceu o prazo de 180 dias para o envio de Projetos de Lei Complementares.

Há muitos pontos que ainda precisam de regulamentação e que nos preocupam. Entre eles, podemos destacar os itens que serão incluídos na cesta básica e a partir de qual momento serão desonerados – o necessário é que o sejam desde a produção para que não se incremente, também, o fluxo de caixa empregado na atividade.

Outra questão relaciona-se aos créditos presumidos no regime dos produtores não optantes. Eles precisam ser considerados sobre o valor total da aquisição para garantir a não cumulatividade na cadeia e a competitividade dos pequenos produtores.

Seguimos confiantes de que a nossa Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) seguirá vigilante ao longo desse processo, como ocorreu em 2023. A não oneração dos insumos agropecuários – houve a garantia de redução de 60% na alíquota – e um processo adequado para as mudanças que serão implementadas em relação às exportações são, também, prioridades da nossa pauta.

A reforma ainda não deve impactar os negócios em 2024, mas sabemos que os reflexos virão no médio e no longo prazos, um regime de transição que será custoso e que precisa ser acompanhado de perto. ■

“A necessária simplificação do sistema tributário foi uma das vitórias com a aprovação da reforma pelo Congresso Nacional, em dezembro último. Porém, diversos pontos ainda precisam de regulamentação...”

OPINIÃO

TÍTULOS AGRÁRIOS: SEGURANÇA JURÍDICA CONTRIBUI PARA A PAZ NO CAMPO

GUILHERME PIAI FILIZZOLA

Secretário da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo



A **REGULARIZAÇÃO** fundiária promovida pelo governo do estado de São Paulo tem o objetivo de eliminar a indefinição dominial, ou seja, estabelecer com precisão de quem é a posse da terra para, depois, regularizá-la. A medida traz segurança social e jurídica para assentados, pequenos agricultores e moradores de áreas urbanas, além de auxiliar os municípios no dimensionamento da arrecadação de impostos e na elaboração de planos diretores.

Entre o início de 2023 e o começo de 2024, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, juntamente à Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” (Fundação Itesp), realizou os dois grandes eventos de regularização fundiária rural e urbana da história de São Paulo, prioritariamente em regiões de maior vulnerabilidade social e econômica.

Em 24 de janeiro último, entregamos mais de mil títulos de regularização fundiária para assentados, pequenos e médios proprietários rurais do Pontal do Paranapanema. Com a presença do governador Tarcísio de Freitas e do diretor-executivo da Fundação Itesp, Lucas Bressanin, fizemos a maior entrega de títulos de regularização fundiária já realizada em São Paulo.

A outra grande entrega ocorreu em setembro do ano passado, quando produtores do Pontal

do Paranapanema receberam 684 títulos rurais, a primeira grande entrega oficial de títulos de propriedade de terras devolutas feita pelo governo a assentados da região.

A Fundação Itesp encerrou 2023 com a regularização de mais de 6 mil imóveis por meio da entrega de títulos de domínio, termos de consolidação e individualização de matrículas em áreas urbanas e rurais. Em 49 municípios, especialmente nos menores e com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), foram tituladas 3.019 famílias em imóveis urbanos de núcleos de interesse social e foram regularizados 3.097 imóveis rurais.

A regularização dos títulos rurais pelo Itesp deu-se por meio das Leis Estaduais nº 17.557/22 e nº 17.517/22. A primeira legislação instituiu o Programa Estadual de Regularização de Terras, e a segunda ficou conhecida como “Lei da Paz no Campo”, que permite a titulação definitiva de famílias assentadas em terras públicas estaduais.

Essas ações da Secretaria de Agricultura com apoio do Itesp consolidam a política do governo de São Paulo de promover a paz no campo, contribuindo para reduzir conflitos rurais e fomentando o desenvolvimento social e econômico de todo o território paulista, especialmente em regiões historicamente conturbadas, como o Pontal do Paranapanema e o Vale do Ribeira. ■

As entregas de títulos de regularização fundiária pela Secretaria de Agricultura são ações que consolidam toda uma política do governo de São Paulo de promoção da paz no campo, no enfrentamento a conflitos rurais.



REFLEXÃO

A UNIÃO FAZ A FORÇA

LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO

Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

*Quando o rebanho se une,
o leão vai dormir com fome.*

Provérbio africano

Após um complexo 2023, além de desejar a todos um ótimo 2024, percebe-se que há um cheiro novo no ar. Essa sensação traz à lógica geopolítica algumas perguntas-chave para o ano novo:

- O hemisfério Sul mostrará ações inteligentes?
- O Norte rico dará sinais de crescimento?
- Só o Oriente tem lideranças?
- As guerras terminam ou se expandem em 2024?

O ano de 2023 seguiu os de 2020 a 2022, no desequilíbrio da pandemia, gerando déficits fiscais, inflação e juros altos, guerra fria entre os Estados Unidos e a China, guerra quente entre a Rússia e a Ucrânia e o combate de Israel ao terrorismo do Hamas. E há, ainda, o risco de expansão dessas crises.

Ao mesmo tempo, o mundo vai fragmentando-se em blocos de países, após uma longa globalização, que mostrou excelentes resultados de redução da pobreza global, mas com reações populares de insatisfação e maior concentração eleitoral nos polos da direita e da esquerda. O protecionismo ressurgiu com força em 2023 e assustou muito. Há, assim, um desencanto global na virada da “folhinha” de 2023 para 2024.

Nesse mundo conturbado, como anda o Brasil? Crescerá ele em 2024?

Ano após ano, a efetiva massa política conservadora brasileira sustenta o País sem grande crescimento ou mudança e, provavelmente, seguindo com políticas econômicas frouxas, desequilibradas... Faz mais de quarenta anos que é assim. Algumas reformas acontecem de tempos em tempos, mas sem proporcionar arranques que projetem o País. Como será em 2024?

Em um ano com eleições municipais, em que o agro sempre tem um peso relevante, 2024 poderá dar o tom do que virá a ser o Brasil

entre eleições majoritárias. Entre graves invasões do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nos diferentes estados a terras de produção e vários Ministérios com pedaços do agro, fica realmente mais difícil – do que já é – fazer previsões. Falta saber como será o clima, já que o mundo estressado e de menor crescimento vem mostrando prováveis condições de preços de *commodities* menores em relação às de 2023.

Terminamos 2023 escapando com mérito, no campo global ambiental, da armadilha do “uso da terra” na 28ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP 28/ UNFCCC, nas siglas em inglês). Conseguiu-se, ademais, um posicionamento formal sobre os combustíveis fósseis.

Enquanto, no campo interno, aceleram-se os focos municipais e as eleições em 2024, trazendo disputas; no campo externo, será preciso foco, coordenação e claras ações em nome do Brasil.

“Agro e união” deveria ser o *slogan* de 2024. Está lançado!

Na COP 28, uma orquestrada frente brasileira fez um belo trabalho, e é importante que se diga: planejado e coordenado. Trata-se de um exemplo cabal de união e foco! Não há outro caminho, considerando a constante preocupação com a capacidade competitiva brasileira no agro e as narrativas depreciativas.

A Amazônia precisará de controle e ações policiais e de políticas públicas voltadas à normalização das terras produtivas, mas, até agora, sem formal propriedade. Uma oferta crescente de produção sustentável e com ações de recuperação de terras será primordial. Deixar ao Congresso o que é do Congresso (a César o que é de César) também será essencial.

É um momento de união, para o futuro dos nossos objetivos. ■

“Na COP 28, uma orquestrada frente brasileira fez um belo trabalho, e é importante que se diga: planejado e coordenado. Trata-se de um exemplo cabal de união e foco! Não há outro caminho...”

MBA EXECUTIVO EM ECONOMIA E GESTÃO: AGRONEGÓCIO

**FORMAÇÃO MULTIDISCIPLINAR PARA
LIDERAR POTÊNCIAS ECONÔMICAS**

Um setor que desempenha expressiva participação na economia brasileira precisa de profissionais completos, atualizados às ferramentas de gestão e, principalmente, preparados para soluções práticas, inovadoras e ousadas.

**CONHEÇA O CURSO.
NAS MODALIDADES
PRESENCIAL E LIVE.**

INSCREVA-SE

30 ANOS DE DEDICAÇÃO AO AGRO BRASILEIRO

Se o agronegócio brasileiro hoje alcançou um patamar de protagonismo global, esse resultado se deve ao trabalho realizado por todas as pessoas que vivem do agro, com o agro e para o agro.

A ABAG continuará em sua missão de defender as demandas do nosso setor, auxiliando em seu desenvolvimento sustentável, estimulando a criação de novas tecnologias, fomentando novas parcerias, sendo o interlocutor entre os diversos stakeholders, elaborando propostas e projetos para que o agro se mantenha competitivo e sustentável.

